



Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Paula Fonseca

**“Os verbos pseudo-reflexos
em Português Europeu”**

Universidade do Porto
2010



Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

“Os verbos pseudo-reflexos em Português Europeu”

Paula Fonseca

Dissertação de Mestrado, apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do
Porto, sob a orientação da Professora
Doutora Ana Maria Barros de Brito, para
a obtenção de grau de Mestre em
Linguística

Universidade do Porto
2010

Convenções e símbolos

D – determinante

F – frase

N - nome

OD – objecto directo

PB – português do Brasil

PE – português europeu

PM – português de Moçambique

Prep - preposição

Pron. Ref. – pronome reflexo

SN – sintagma nominal

SNs – sintagmas nominais

SPrep – sintagma preposicional

SV – sintagma verbal

SU - sujeito

V – verbo

Vs – verbos

Índice Geral

AGRADECIMENTOS _____	1
----------------------	---

RESUMO _____	3
--------------	---

INTRODUÇÃO _____	7
------------------	---

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS DOS VERBOS REFLEXOS EM PORTUGUÊS EUROPEU

Ponto 1. Da reflexividade à pseudo-reflexividade à luz de algumas gramáticas do Português Europeu _____	12
Ponto 2. Reflexividade e reciprocidade - possível ambiguidade _____	16
Ponto 3. Verbos reflexos: uma abordagem inicial _____	20
Ponto 4. Verbos reflexos: transitividade ou intransitividade? _____	24

Capítulo II

ASPECTOS GERAIS DOS PRONOMES CLÍTICOS EM PORTUGUÊS EUROPEU

Ponto 1. Definição de pronome clítico _____	30
Ponto 2. Características gerais dos pronomes clíticos _____	33
Ponto 3. Funções sintáticas dos pronomes clíticos reflexos _____	36
Ponto 4. Pronomes reflexos: aspectos de ligação – a anáfora sintáctica _____	38
Ponto 5. Tipos de clíticos _____	43
Ponto 6. Padrão de colocação dos pronomes clíticos em PE _____	48

Capítulo III

ASPECTOS GERAIS DOS CLÍTICOS EM PORTUGUÊS DO BRASIL (PB) E EM PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE (PM)

Ponto 1. breve sinopse do uso do pronome reflexo em (PB) _____	54
Ponto 2. breve sinopse do uso do pronome reflexo em (PM) _____	58

Capítulo IV

INQUÉRITO – PRONOMES CLÍTICOS REFLEXOS INERENTES ME, TE E SE

Ponto 1. Compreensão dos pronomes clíticos reflexos inerentes “me”, “te”, “se”, em PE, através de juízos de gramaticalidade _____	61
Ponto 2. Apresentação dos resultados e análise _____	66
Ponto 3. Conclusões sobre o inquérito _____	72

Capítulo V

UMA PROPOSTA ACERCA DOS VERBOS REFLEXOS INERENTES

Ponto 1. Pronomes clíticos reflexos: aspectos sintácticos e temáticos – breve análise _____	74
Ponto 2. Síntese dos comportamentos dos pronomes clíticos pseudo-reflexos _____	78
Ponto 3. Verbos pseudo-reflexos e os complementos preposicionais _____	82
Ponto 4. Conclusões finais _____	86

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	89
---	-----------

Índice de quadros

Quadro 1 – Clíticos reflexos e não-reflexos _____	14
Quadro 2 – Verbos: uso reflexo verdadeiro e uso inerente _____	21
Quadro 3 – Classificação sintáctica de verbos _____	25
Quadro 4 – Inquiridos - sexo: feminino/masculino _____	66
Quadro 5 – Inquiridos – actividade ocupacional _____	66
Quadro 6 – Inquiridos – naturalidade _____	67
Quadro 7 – Pronomes clíticos inerentes <i>me</i> , <i>te</i> e <i>se</i> em experiência de inquérito _____	68
Quadro 8 – Análise percentual do uso dos pronomes clíticos inerentes <i>me</i> , <i>te</i> e <i>se</i> em experiência de inquérito _____	70
Quadro 9 – Preposição <i>de</i> _____	83
Quadro 10 – Preposição <i>com</i> _____	85

Agradecimentos

Não pretendo, de todo, alongar-me, neste quadro. No entanto, algo me pareceria incompleto, se não deixasse uma palavra de apreço a todos aqueles que comigo colaboraram, nesta dissertação, de modo mais directo ou indirecto.

Assim, sou muito grata

aos meus pais e avós e irmão, que foram, continuamente, o meu suporte emocional, durante este curso de estudos e outros por que optei;

ao meu namorado, pelo vivo e continuado interesse no desenvolvimento desta investigação;

a outros familiares, por compreenderem a minha ausência em convívios sociais, dada a minha escassez em termos de disponibilidade;

aos meus amigos, pelos reforçados votos de sucesso;

aos colegas que trabalham comigo, na EBI Aves/ S. Tomé de Negrelos, *vulgo*, Escola da Ponte, em especial aqueles que pertencem à Dimensão na qual estou integrada (Dimensão Linguística¹), pelo apoio constante e mesmo pela minha substituição no cumprimento de tarefas, de modo a eu poder usufruir de mais tempo útil de investigação. A sua contribuição foi muito preciosa;

¹ A EBI Aves/S. Tomé de Negrelos (escola onde estou a trabalhar em regime de destacamento, há 10 anos) desenvolve, há mais de 35 anos, um projecto educativo com algumas peculiaridades, entre as quais, o modelo organizacional, quer no que corresponde a alunos quer no que se refere a docentes. A noção de Dimensão pode ser traduzida, grosso modo, por Departamento Curricular, termo mais comum, nas outras escolas. Nesta dimensão estão integradas as valências (disciplinas) de Língua Portuguesa (1.º - 9.º ano); Língua Inglesa; Língua Francesa e Língua Alemã.

ao Conselho de Gestão, do qual fiz parte, pela abertura na negociação de tarefas/reuniões e reforço positivo de todos os seus elementos;

aos meus alunos, pelo seu interesse neste tópico e pelo desejo de verem concretizado este meu projecto académico;

aos participantes no inquérito, pela sua disponibilidade e prontidão de resposta;

aos professores do 1.º ano do Mestrado em Linguística, pela oportunidade de me aprimorar nesta área e de me tornarem consciente da imensidão de saberes a adquirir;

à minha estimada orientadora, a Professora Doutora Ana Maria de Barros Brito, pela sua energia contínua; pelas correcções e indicações, pela pronta disponibilidade de interacção; pelos ensinamentos partilhados e pelo seu sincero interesse neste assunto. Sem a sua orientação, reforçada por uma personalidade encantadora e de elevada mestria na área, não teria sido possível esta investigação;

à minha mãe, em particular, de quem herdei a paixão inflamada pelas palavras como se de algo “biologicamente intrínseco” se tratasse. Sou, por isso, aluna do Mestrado em Linguística, professora de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa e *poetisa*.

A minha mãe ensinou-me, também, “Kanimambo” quer linguisticamente quer socialmente e, por isso, “Kanimambo” a todos.²

Finalmente, devo agradecer a Deus, Pai Celestial, que me abençoa todos os dias com o que necessito para ser feliz e caminhar no trilho da evolução.

²Significa “Obrigado!” em Changana, que é uma das línguas locais da província de Maputo. É um vocábulo incluído na música “Kanimambo”, de João Maria Tudela (Anos 60/70).

Resumo

Neste trabalho, procura-se mostrar que os pronomes clíticos inerentes/pseudo-reflexos estão estritamente ligados à presença de um complemento preposicional de certos verbos em Português Europeu³, funcionando quase como afixos. Mais especificamente, levanta-se a hipótese de que certos verbos pronominais, em PE, quando acompanhados dos complementos preposicionais *de* e *com* exijam a presença do pronome clítico reflexo inerente/pseudo-reflexo, sendo que este é, assim, seleccionado pelos referidos complementos preposicionais. Constata-se, ainda, que, neste processo, os verbos pronominais sofrem destransitivização, no sentido de que deixam de seleccionar um complemento SN OD para passar a seleccionar um complemento preposicional. Conclui-se, igualmente, que nem todos os verbos reflexos inerentes/pseudo-reflexos são inacusativos ou ergativos. Apresenta-se, finalmente, uma lista de verbos inerentemente reflexos com que surgem os complementos preposicionais *de* e *com*.

Para verificação do uso actual deste tipo de clíticos, foram realizados 40 inquéritos de juízos de gramaticalidade: 30 efectuados a alunos em anos terminais do Ensino Básico e 10 a professores do Ensino Básico/Secundário. Participaram, assim, 10 alunos do 4.º ano, 10 alunos do 6.º ano, 10 alunos do 9.º ano e 10 professores (de áreas de docência diferentes do ensino de línguas). Todos os inquiridos fazem parte da mesma escola. Todos são nativos falantes de PE. As produções linguísticas seleccionadas como bem formadas pelos participantes mostram o seguinte: o número de ocorrências assinaladas com o pronome clítico inerente/pseudo-reflexo foi comparativamente bastante mais elevado do que aquelas em que ele não surge.

Palavras-chave: verbos pronominais; verbos reflexos; pronomes clíticos pseudoreflexos

³ Português Europeu, doravante, PE

Abstract

It is shown in this study that, for certain verbs in European Portuguese, inherent clitic pronouns may be regarded as intrinsically dependent on the prepositional verb complement, working almost as affixes. More specifically, it aims to check if, in European Portuguese, some pronominal verbs, followed by the prepositional complements “de” (of) and “com” (with), actually demand the presence of an inherent clitic pronoun, which is, therefore, selected by those prepositional complements. Furthermore, it was noticed that most of the verbs lose their transitivity, during this process, in the sense that they no longer select a *nominal phrase* as a *direct object*, but a *prepositional complement* instead. In addition to this, it can also be confirmed that not all the inherent verbs are unaccusative or ergative. Finally, a list of inherent reflexive verbs, which occur with the prepositional complements “de” (of) and “com” (with), is presented.

So as to check the present general knowledge of the inherent clitic, 40 questionnaires on grammatical judgments were administered: 30 of them applied to students in the late degrees of the three Portuguese Cycles of Basic Learning and 10 applied to teachers. More specifically, 10 pupils from the 4th form, 10 from the 6th form and 10 from the 9th form took part in the questionnaires. The teachers who participated could not be language teachers nor could they have a degree in Linguistics. All participants belong to the same school and speak European Portuguese as their native language. Results illustrate the following: the number of sentences with the inherent clitic pronoun was much higher than the number of sentences without it.

Key words: pronominal verbs; reflexive verbs; inherent clitic pronouns

Resumen

En este trabajo, se intenta mostrar que los pronombres clíticos inherentes están totalmente unidos a la presencia de un complemento preposicional con algunos verbos del Portugués Europeo, funcionando casi como afijos. Más específicamente, se plantea la hipótesis de que ciertos verbos pronominales, en Portugués Europeo, cuando están acompañados por los complementos preposicionales “de” (de) y “com” (con) exigen la presencia del pronombre clítico reflexivo inherente/pseudo-reflexivo, siendo que este es de esta forma seleccionado por los referidos complementos preposicionales. Se constata incluso, que, en este proceso, los verbos pronominales sufren destransitivización, en el sentido de que ya no seleccionan un complemento SN OD para seleccionar un complemento preposicional. Se concluye, igualmente, que no todos los verbos reflexivos inherentes/pseudo-reflexivos son inacusativos o ergativos. Se presenta, finalmente, una lista de verbos inherentemente reflexivos con los que surgen los complementos preposicionales “de” (de) y “com” (con).

Para comprobar el uso actual de este tipo de clíticos, se realizaron 40 encuestas de juicios de gramaticalidad: 30 realizados a alumnos de los últimos cursos de la Enseñanza Básica y 10 a profesores de la Enseñanza Básica/Secundaria. Participaron, por lo tanto, 10 alumnos de 4º curso, 10 alumnos de 6.º curso, 10 alumnos de 9.º curso y 10 profesores (de áreas de docencia diferentes de la enseñanza de lenguas). Todos los encuestados forman parte de la misma escuela. Todos son hablantes nativos de PE. Las producciones lingüísticas seleccionadas por los participantes muestran lo siguiente: el número de casos marcados con el pronombre clítico inherente/pseudo-reflexivo fue comparativamente bastante más elevado que aquellas en las que este no aparece.

Palavras-clave: verbos pronominales; verbos reflexivos; pronombres clíticos pseudo-reflexivos

Résumé

Avec cette étude, nous voulons démontrer que les pronoms clitiques inhérents sont strictement liés à la présence d'un complément verbal prépositionnel de quelques verbes en Portugais Européen. Ils fonctionnent presque comme des affixes.

Plus spécifiquement, nous présentons l'hypothèse que, en Portugais Européen, il y a des verbes qui, avec les compléments prépositionnels «de» (de) et «com» (avec), demandent la présence d'un pronom clitique inhérent. Nous constatons aussi que les verbes pronominaux perdent la transitivité, pendant le procès, dans le sens qu'ils ne sélectionnent jamais un SN OD, mais un complément prépositionnel. Nous pouvons, également, conclure que les verbes inhérentes ne sont pas tous inergatifs/ergatifs. Finalement, nous présentons une liste de verbes réfléchis inhérents qui se combinent avec les compléments prépositionnels «de» (de) et «com» (avec).

Pour vérifier la connaissance, au présent, de ce type de clitiques, nous avons réalisé 40 questionnaires de jugement de grammaticalité: 10 pour des élèves de la quatrième année ; 10 pour des élèves de la sixième année ; 10 pour des élèves de la neuvième année et 10 questionnaires pour des professeurs de domaines différents de l'enseignement de langues. Tous les participants appartiennent à la même école. Tous les participants parlent le Portugais Européen.

Les résultats montrent que le numéro de phrases avec le pronom clitique inhérent est comparativement plus élevé que le numéro de phrases sans ce type de pronom.

Mots – clef : verbes pronominaux ; verbes réfléchis ; pronoms clitiques inhérents

**“O ignorante afirma, o sábio
duvida, o sensato reflecte.”**

(Aristóteles⁴)

**“Dado su decisivo papel en las
relaciones anafóricas, tiene poco
de sorprendente que las
propiedades sistemáticas de los
pronombres, y en particular de
los pronombres reflexivos,
constituyan uno de los aspectos
más interesantes del sistema de
una lengua.”**

(Otero (1999:1430))

Introdução

Depois de se reflectir sobre a natureza dos pronomes clíticos “uno de los aspectos más interesantes del sistema de una lengua.” (Otero (1999:1430)) e de se verificar que os pronomes clíticos inerentes/pseudo-reflexos são usados de modo diverso, nas diferentes variantes do Português⁵, procura-se, com este estudo, perceber o motivo da inclusão do pronome clítico reflexo inerente em construções, em PE, como:

- 1) Ri-me imenso daquela situação, ontem.

⁴ Consultar: <http://www.pensador.info/frase/NDMwMA/>

⁵ A língua portuguesa é, presentemente, falada por um elevado número de pessoas, espalhadas pelo mundo. Sabemos que isso se deve, em grande parte, aos Descobrimentos Quinhentistas. “Later, Portuguese spread to every continent in the world and at the end of the sixteenth century and during the seventeenth, apart from being spoken in Brazil, it served as a *lingua franca* along the West-African coast and in the ports of India (Indo-Portuguese) and South-East Asia (Malay-Portuguese).” (MATEUS (2000:02))

Nesta construção, “me” é, geralmente, considerado como um *falso reflexo*.⁶

Neste trabalho, pretende-se analisar as principais propriedades sintáticas dos verbos reflexos inerentes e verificar se certos verbos pronominais, em PE, quando acompanhados dos complementos preposicionais *de* e *com*, exigem ou não a presença de um pronome clítico pseudo-reflexo.

Com esta investigação, procurar-se-á responder às seguintes questões:

- **O que são verbos reflexos?**
- **O que é um pronome clítico pseudo-reflexo?**
- **Sente-se, presentemente, em PE, a necessidade de inclusão deste tipo de pronomes com certos verbos?**
- **Com que tipo de verbos surgem?**
- **Qual a função sintáctica dos pronomes clíticos reflexos?**
- **Haverá *destransitivização* com a inclusão na frase do pronome clítico pseudo-reflexo?**
- **Os pronomes clíticos pseudo-reflexos são argumentais ou não argumentais?**

Este estudo encontra-se organizado da seguinte forma:

⁶ Falso reflexo ou pronome clítico inerente e/ou pronome clítico pseudo-reflexo

No capítulo I - analisa-se a noção de reflexividade, distinguindo-a de reciprocidade e define-se a noção de verbo reflexo, bem como o que se entende por transitividade. Explora-se ainda o facto de haver ou não transitividade com os verbos reflexos.

No capítulo II – definem-se os pronomes clíticos; apresentam-se as suas características gerais; discriminam-se, de seguida, as funções sintácticas dos pronomes clíticos reflexos; procede-se à interpretação deles enquanto anáforas sintácticas, enunciam-se vários tipos de outros clíticos e, finalmente, observa-se o padrão de colocação dos pronomes clíticos reflexos, em PE.

No capítulo III – procede-se a uma breve descrição sobre o uso dos pronomes clíticos pseudo-reflexos em duas variantes do Português Europeu – Português do Brasil e Português de Moçambique.

No capítulo IV – apresenta-se um inquérito, realizado para verificar os juízos de gramaticalidade em relação aos pronomes clíticos pseudo-reflexos *me*, *te* e *se*, em construções com certos verbos pronominais ligados aos complementos preposicionais: *de* e *com*.⁷

⁷ No inquérito, surgem ainda exemplos com a preposição *em*.

São, de seguida, descritos os resultados; é ainda efectuada uma análise destes e são, no final, enumeradas as conclusões referentes ao inquérito aplicado.

No capítulo V – procede-se, primeiramente, a uma abordagem relativa a aspectos sintácticos e temáticos dos clíticos. É, depois, realizada uma síntese dos comportamentos dos pronomes clíticos pseudo-reflexos. Desenvolve-se, seguidamente, uma proposta relativa aos verbos reflexos inerentes, sustentando-se a hipótese de que os pronomes clíticos pseudo-reflexos estão estritamente ligados ao complemento preposicional seleccionado pelas preposições: *de* e *com*. Apresenta-se, de seguida, uma listagem de alguns dos verbos reflexos que surgem com os complementos preposicionais acima referidos e são, como ponto último do capítulo, enunciadas as conclusões finais.

Encerram este trabalho as referências bibliográficas.

Em síntese, procura-se, com este estudo, mostrar que os pronomes clíticos inerentes/pseudo-reflexos estão estritamente ligados à presença de um complemento preposicional, funcionando quase como afixos. Coloca-se, mais especificamente, a hipótese de que certos verbos pronominais, em PE, quando acompanhados dos complementos preposicionais *de* e *com* exijam a presença do pronome clítico reflexo inerente/pseudo-reflexo.

Discute-se ainda se maioria dos verbos reflexos sofre ou não deansitivização, neste processo, e ainda se os verbos pseudo-reflexos⁸ são inacusativos ou ergativos.

Apresenta-se, no final, uma lista de verbos pseudo-reflexos com que surgem os complementos preposicionais acima referidos, isto é, os seleccionados por *de* e *com*.

⁸ Este tipo de Vs é ainda designado de verbo reflexo inerente e/ou de verbo falso reflexo.

Capítulo I

Aspectos gerais dos verbos reflexos em Português Europeu

Ponto 1) Da reflexividade à pseudo-reflexividade à luz de algumas gramáticas do Português Europeu

Neste capítulo, far-se-á uma breve apresentação dos pronomes clíticos reflexos, em Português Europeu, partindo da perspectiva de alguns gramáticos.

Os pronomes “me”, “te”, “se”, “nos”, “vos”, são considerados pronomes reflexos e/ou recíprocos, em PE: “Com os Complementos objectivos das Pessoaes da I.^a e II.^a Pessoa *Me*, *Nos*, *Te*, *Vos*, e do Reciproco da III.^a *Se*, junctos às fórmas pessoaes e correspondentes dos verbos, se fazem os chamados *Reciprocicos*, os *Reflexos*, os *Impessoaes Passivos*, alguns dos nossos *Neutros*, e outros, ou *Activos*, ou *Neutros*, quando se querem reciprocicar.” (Barbosa (1830:157 -158)).

Na interpretação de Barbosa (1830), a reflexividade era a *voz média* dos Gregos, os quais dispunham de uma forma e terminação diferentes para a *voz activa* e para a *voz passiva*, fórmulas que nem o latim nem o português (língua que deriva da latina) detêm. Para suprir esta falta, quer o latim quer o português usam os pronomes da mesma pessoa do verbo, pospostos a ele por *ênclise*, antepostos a ele por *próclise* ou colocados entre a forma verbal e a desinência de pessoa por *mesóclise*⁹. O uso destes processos conduz à reflexividade, bem como à reciprocidade, facto reconhecido por Barbosa (1830): “Entre os modos de exercitar a acção do verbo, ou produzindo-a em outro, ou recebendo-a produzida por elle, tem o meio, o produzil-a, e recebê-la em si mesmo: Por ex. *Eu me amo*, *Tu te entendes*, *Elle se applaude*. Esta he a *Voz media*, para a qual os Gregos tinham uma fórmula e terminação propria e differente da activa, e passiva em alguns tempos.

Os Latinos não tinham para isto fórmula alguma especial, nem também nós.

⁹ Consultar capítulo II, ponto 6 - padrão de colocação dos pronomes clíticos em PE

Porêm elles e nós também supprimol-a com os pronomes da mesma pessoa do verbo, postos antes, ou depois delle, ou no meio; como: *Eu me amo*, *Eu entendo-me*, *Applaudir-me-ei*. Daqui veio chamarem-se os verbos assim construidos *Pronominaes*, e também *Reflexos*, ou *Reciprocos*; porque os agentes da oração reflectem e fazem recair sobre si a mesma a acção, que produzem, exercitando-a e recebendo-a ao mesmo tempo.” (Barbosa (1830:257))

Sem procurar proceder a uma comparação entre gramáticas, porque não é esse o objectivo deste estudo, surge, porém, como necessário, atentarmos sobre o entendimento dos pronomes clíticos reflexos à luz da gramática tradicional e, seguidamente, no quadro da gramática generativa. Assim, observemos, primeiramente, a definição de pronome reflexo partilhada por Cunha e Cintra (1992): “Quando o objecto directo ou indirecto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um PRONOME REFLEXIVO.” (Cunha e Cintra (1992:281))

Estes autores explicam que o pronome reflexo surge com três formas próprias, designadamente: *se*, *si* e *consigo*, formas estas que se aplicam tanto à 3.^a pessoa do singular como à do plural. Acrescentam que, no que corresponde às restantes pessoas, as suas formas identificam-se com as do pronome oblíquo, a saber: *me*, *te*, *nos* e *vos*. (cf. Cunha e Cintra (1992:282))

- 2) *Eu me feri.*
- 3) *Tu te lavas.*
- 4) *Nós nos vestimos.*
- 5) *Vós vos levantai.*

Como se pode ver pelos exemplos (2-5), os chamados pronomes reflexos são formas clíticas ou átonas.

No quadro da gramática generativa, escreve Matos (2003) o seguinte: “Os pronomes pessoais denotam a pessoa gramatical das entidades participantes no acto de comunicação (locutor, ouvinte e entidade acerca da qual se fala). Os pronomes clíticos correspondem prototipicamente às formas átonas do pronome pessoal que ocorrem associadas à posição dos complementos dos verbos.” (Matos (2003:826))

O quadro a seguir apresenta os clíticos não-reflexos e os clíticos tidos como reflexos. Note-se que, à excepção da 3.^a pessoa, utilizam precisamente as mesmas formas.

Quadro 1 – Clíticos reflexos e não-reflexos

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Reflexos
	Acusativo	Dativo	Acusativo/Dativo
1. ^a pessoa singular	Me	Me	Me
2. ^a pessoa singular	Te	Te	Te
3. ^a pessoa singular	o/a	Lhe	Se
1. ^a pessoa plural	Nos	Nos	Nos
2. ^a pessoa plural	Vos	Vos	Vos
3. ^a pessoa plural	os/as	Lhes	Se

(Quadro retirado de Matos 2003:827)

Brito (2003), na sequência de outros autores, destaca a existência dos clíticos pseudo-reflexos quanto à sua possibilidade de serem tidos como morfemas ou afixos: “Vários autores têm considerado que os reflexos nas línguas românicas, por serem clíticos, poderão não ser verdadeiros argumentos dos verbos mas morfemas ou afixos, que, através de um processo lexical, tornam os verbos que são transitivos em intransitivos (Grimshaw, 1982, 1990; Marantz, 1984, entre outros)”. (Brito (2003: 807))

Cinque (1988) defende existir uma diferença entre os “verdadeiros reflexos” (os quais são argumentais) e os “reflexos inerentes” ou “pseudo-reflexos” (que não são argumentais).” (cf. Brito (2003:807))

Surge, então, uma questão importante: haverá ou não possibilidade de atribuição de carácter de argumento aos pronomes clíticos pseudo-reflexos? Dito de outro modo: os pronomes clíticos pseudo-reflexos poderão ser tidos como argumentais ou devem ser considerados como não argumentais? Voltar-se-á a este tópico, no último capítulo.

Em síntese, vimos que os pronomes clíticos reflexos são considerados, por Barbosa (1830) como necessários, em PE, para suprir a falta da voz *média* dos Gregos; na gramática tradicional¹⁰, salienta-se o facto de eles representarem a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo e, em autores que se reclamam como sendo da gramática generativa, reflecte-se sobre o papel argumental e/ou não argumental dos pronomes clíticos pseudo-reflexos. Estes autores chamam, igualmente, a atenção para a existência de pronomes clíticos pseudo-reflexos que funcionam quase como afixos.¹¹

Seguidamente, no ponto 2, reflectiremos sobre a distinção entre pronomes reflexos e pronomes recíprocos.

¹⁰ Cf. Cunha e Cintra (1992)

¹¹ (Brito 2003; Grimshaw (1982) e (1990); Marantz (1984), entre outros).

Ponto 2) Reflexividade e reciprocidade - possível ambiguidade

Uma vez que se utilizam as mesmas formas pronominais, em PE, para as produções reflexas e para as produções recíprocas, é compreensível que surjam dúvidas quanto à determinação da reflexividade ou da reciprocidade (acção mútua entre dois ou mais indivíduos). (cf., por exemplo, Cunha e Cintra (1992:282))

Atente-se no exemplo:

6) Os miúdos magoaram-se.

O pronome “se” do exemplo (6) poderá ser um “se” reflexo, como em (7a)) ou um “se” recíproco, como em (7b)):

7) (a) Os miúdos magoaram-se [a eles próprios].

7) (b) Os miúdos magoaram-se [uns aos outros].

Também Otero (1999) refere que, em situações de alguma complexidade, a interpretação dos pronomes reflexos pode acarretar dúvida ou ambiguidade: “Un hecho de gran interés para nuestro propósito es que, como la información que contienen los pronombres, y sobre todo los pronombres reflexivos, no es suficiente para nombrar al objeto o individuo al que pueden hacer referencia, en casos de alguna complejidad su interpretación conlleva sutiles cálculos mentales cuyos resultados a menudo no están libres de incertidumbre entre dos o más opciones, como es bien notorio.” (Otero (1999:1432))

A incerteza será dissolúvel, de acordo com este autor, pela aplicação de um teste que consiste na junção de expressões ou paráfrases como:

a mim mesmo/próprio;

a ti mesmo/próprio;

a si mesmo/próprio

e por aí em diante.

Barbosa (1830) propôs o teste atrás referido, já no século XIX: “Como as terceiras pessoas destes verbos medios se tomão a cada passo em sentido passivo; para tirar o equivoco, e mostrar que são reflexas, se faz muitas vezes preciso ajuntar ao pronome *Se*, caso, ou complemento objectivo, o caso terminativo do mesmo pronome com a preposição, dizendo: *A si mesmo*, *A si mesmos*, [etc]. Por exemplo; *Este homem reputa-se sabio*, *Estes homens chamão-se sabios*, póde ter dous sentidos, hum passivo em lugar de *He reputado*, *São chamados*; e outro activo reflexo em lugar de *Este homem reputa-se sabio a si mesmo*, *Estes homens chamão-se sabios a si mesmos*; e para tirar o equivoco necessitão desta addição.” (Barbosa (1830:262-263))

Cunha e Cintra (1992), para anular a possível ambiguidade, sugerem, igualmente, o acompanhamento dos pronomes de expressões reforçativas:

“a) para marcar expressamente a acção reflexiva, acrescenta-se-lhes conforme a pessoa, *a mim mesmo*; *a ti mesmo*, *a si mesmo*, etc.

8) Joaquim e António enganaram-**se a si mesmos**.

b) para marcar expressamente a acção recíproca, junta-se-lhes, ou uma expressão pronominal, como *um ao outro*, *uns aos outros*, *entre si*:

9) Joaquim e António enganaram-**se entre si**.

10) Joaquim e António enganaram-**se um ao outro**.

ou um advérbio, como *reciprocamente*, *mutuamente*:

11) Joaquim e António enganaram-**se mutuamente**.¹²

Em Brito (2003), encontramos a mesma hipótese acima descrita para desfazer a ambiguidade, com especial relevo para o pronome “se”. (cf. Brito (2003:807))

¹² Os exemplos são de Cunha e Cintra (1992:282)

Matos (2003) refere que, nas construções com reflexo, o constituinte redobrado pelo clítico consiste num pronome forte e num item anaforizador *próprio/a(s)* ou *mesmo/a(s)*. O constituinte em posição de complemento de verbo aparece sempre com uma preposição, por exemplo:

12) Ela magoou-se. [a ela própria/a ela mesma]

Relativamente às construções recíprocas, a expressão redobrada assume a forma *um/uma(s) + Preposição + outro/a(s)*. Pode ocorrer a preposição *a*, similitude que apresentam com os reflexos, ou ainda outra preposição. (cf. Matos (2003:832-833)). Note-se:

13) Elas cumprimentaram-se. [umas às outras]

Otero (1999), em relação à possível ambiguidade entre reflexividade e reciprocidade, dá os exemplos seguintes:

- 14) (a) Las mujeres se han liberado.
14) (b) Les femmes se sont libérées.
14) (c) Die Frauen haben sich befreit.¹³

Este autor considera que as expressões dos exemplos (14 (a-c)) podem ser interpretadas ou como expressões reflexas ou como recíprocas. Ocorre o mesmo na sua tradução para português:

14) (d) As mulheres libertaram-se.

Tal não se passa, todavia, em inglês, dado que para ser a frase ser reflexa, teríamos:

14) (e) The women released themselves.¹⁴

¹³ Cf. Otero (1999:1491)

¹⁴ Não tem sentido recíproco. (cf. Otero (1999:1491))

À semelhança de outros linguistas referidos acima, verifica-se também, em Otero (1999), para a supressão da ambiguidade, a introdução de uma paráfrase, neste caso: *umas às outras*:

15) (a) Las mujeres se han liberado *las unas a las otras*.¹⁵

15) (b) As mulheres libertaram-se *umas às outras*.

que força uma leitura recíproca.

Em suma, verificámos que se utilizam as mesmas formas pronominais, em PE, para as produções reflexas e para as produções recíprocas. Para desfazer uma possível ambiguidade quanto à determinação da reflexividade, vários autores sugerem a aplicação de um teste que prevê a utilização das paráfrases: *a mim mesmo/próprio; a ti mesmo/próprio; a si mesmo/próprio*, etc. Para verificação da reciprocidade, deve aplicar-se a paráfrase: *um/uma(s) + Preposição + outro/a(s)*.

Explorar-se-á, no ponto a seguir, a noção de verbo reflexo por ser fundamental para a abordagem dos pronomes clíticos pseudo-reflexos que estes verbos acompanham.

¹⁵ Cf. Otero (1999:1491)

Ponto 3) Verbos reflexos: uma abordagem inicial

Barbosa (1830) apercebeu-se da existência, em PE, de verbos que admitem duas situações face ao uso dos pronomes clíticos, ou seja: há verbos que apenas se combinam com o pronome clítico e há verbos que, em algumas situações, são acompanhados do pronome clítico e, noutros contextos, não são acompanhados por ele. São estes verbos como: “*casar*”; “*casar-se*” etc. Atente-se nos exemplos:

16) A Maria vai casar-se com o João, no próximo Sábado.

17) Casar pode ser uma má opção se não houver sentimento mútuo.

De acordo com este autor, os tipos de verbos que não dispensam o uso do clítico são designados de pronominais: “Chamão *Pronominaes* aquelles verbos, que nunca se conjugão sem os dous pronomes da mesma pessoa, dos quaes temos muitos em nossa Lingua, como são: *Abster-se, Arreponder-se, Atrever-se, Apegar-se, Compadecer-se, Descuidar-se, Esquecer-se, Gloriar-se, Jactar-se, Queixar-se, [etc]*. A estes pertencem tambem certos verbos, que sem mudança na significação, humas vezes admittem pronomes, e outras não; como: *Adormecer e Adormecer-se, Ajoelhar e Ajoelhar-se, Casar e Casar-se, Partir e Partir-se, Sair e Sair-se, [etc]*.” (Barbosa (1830:258))

O mesmo autor chama, contudo, a atenção, para o facto de que somente com os verdadeiros verbos reflexos, a acção recai sobre o agente, ele próprio: “Chamão finalmente *Reflexos*, ou *Reflexivos* aos verbos verdadeiramente activos, cujos agentes fazem recair sobre si mesmos, por meio dos pronomes de sua mesma pessoa, a acção que produzem (...)” (Barbosa (1830:258)) Atentemos sobre o exemplo (18):

18) A Maria penteou-se com uma escova nova.

No exemplo numerado como (18), temos um verbo reflexo *verdadeiro* em que a acção de *a Maria* recai sobre *ela própria*. No entanto, como já foi dito, há verbos reflexos de dois tipos: os verdadeiramente reflexos (situação do exemplo (18) e outros que o não são.

Vilela (1992:77e ss:) desenvolve este tema e propõe testes para se distinguir entre o uso de um verbo como reflexo verdadeiro do uso de um verbo como falso reflexo.

Assim, apresentam-se, a seguir, alguns comportamentos próprios de um V reflexo, neste caso, o verbo *lavar-se*, que difere de um V pseudo-reflexo, como por exemplo, *arrepender-se*.

19) Quadro 2 – Verbos: uso reflexo verdadeiro e uso inerente¹⁶

VERBO <u>LAVAR-SE</u>	VERBO <u>ARREPENDER-SE</u>
USO <u>REFLEXIVO</u>	Uso <u>REFLEXIVO INERENTE</u>
interrogação: (a) quem lava ele?	*(a) quem arrepende ele?
substituição: ele lava o bebé	* ele arrepende o bebé
coordenação: ele lava-se a si e ao bebé	* ele arrepende-se a si e ao bebé
modificação: ele lava-se apenas a si	* ele arrepende-se apenas a si

Os processos em uso permitem distinguir dois tipos de verbos reflexos: os verbos reflexos verdadeiros, que são considerados verbos transitivos e os verbos pseudo-reflexos.

De acordo com Vilela (1992), os verbos pseudo-reflexos são idênticos, no seu valor semântico-sintático, aos verbos inacusativos ou ergativos, por várias razões. Os sujeitos destas construções apontam, segundo o autor, para o valor de “paciente”. Assim, alguns verbos “reflexivos inerentes” designam um processo que ocorre no *denotado* do sujeito, por exemplo: *equivocar-se*, *enganar-se*, *enamorar-se*, *admirar-se*, *esquecer-se*, *agastar-se*, *gastar-se*, etc (cf. Vilela (1992:78))

¹⁶ Utilizo os exemplos deste autor que compara: *arrepender-se* e *lavar-se*.

A acção resultante não é algo que se tenha, necessariamente, pretendido, se bem que haja em relação a todos estes verbos uma certa “actividade” referente ao sujeito, mas este é como que uma “vítima” da acção que ele não “pretendeu” ou teve “intenção” de efectivar. (cf. Vilela (1992:78))

Na interpretação de Vilela (1992), os pronomes reflexos, com certos verbos ou com algumas ocorrências de alguns verbos, podem ser integrados ou incorporados no verbo. Os pronomes em que tal situação ocorre, de acordo com Vilela (1992), são:

- com os designados como “reflexivos inerentes” em que o pronome reflexo faz parte do próprio verbo, por exemplo: *arrepender-se de*, *atrever-se a*, entre outros.
- com os verbos “reflexivos inerentes” que surgem como variantes de outras produções não reflexas, por exemplo: *zangar-se com*, *alegrar-se por/com*, *interessar-se por*, etc. *debater-se com*, *cingir-se a*, *desfazer-se de*, *despedir-se de* e outros.
- em construções análogas à passiva (passiva reflexiva), como em: *este livro lê-se bem*;
- com a denominada reflexivização «genérica», por exemplo: *os fósforos vendem-se aqui* (na sua leitura abstracta), *os nomes próprios escrevem-se com letra maiúscula* (id.), *o sal dissolve-se* (na leitura medial ou ergativa).

Estas sugestões de Vilela (1992:77) ilustram claramente que sob a designação de pronomes reflexos se podem incluir vários tipos de elementos/clíticos, incluindo o próprio “se” passivo e o “se” ergativo ou inacusativo, dois fenómenos que não fazem, porém, parte do objecto desta dissertação e que não vamos, por isso, explorar.

Em súmula, existem dois tipos de verbos: os que Barbosa (1830) designa de “Reflexos” e Vilela (1992) de reflexos verdadeiros e os “Pronominais” para Barbosa (1830) ou falsos reflexos para Vilela (1992).  possível utilizar testes para diferenciá-los, tal como verificámos atrás.

Acresce dizer que, como veremos adiante, os sujeitos das construções com os verbos reflexos verdadeiros são simultaneamente Agentes e Pacientes. Em relao aos sujeitos das construes com verbos reflexos falsos, aponta-se, sobretudo, para o valor de Experienciador¹⁷.

No ponto seguinte, discutir-se- com mais detalhe a existência de diferentes tipos de verbos, explorando, também, as noes de inergativo e de inacusativo.

¹⁷ Para Vilela (1992) – “Paciente”

Ponto 4) Verbos reflexos: transitividade ou intransitividade?

Será útil esclarecer, primeiramente, as noções de *argumento*, de *transitivo* e de *intransitivo*, bem como reflectir, de seguida, sobre o que se entende por inacusatividade e inergatividade.

Para a sintaxe generativa, *argumento* é a noção aplicada aos lugares vazios de certos predicados, geralmente verbos, e o modo como estes lugares devem estar previstos na estrutura argumental desses mesmos predicados. No quadro da gramática de valências, a noção de *argumento* corresponde à de *actante*.

São argumentos do Verbo os sintagmas que desempenhem a função de Sujeito, Objecto Directo, Objecto Indirecto e Oblíquo/s com estatuto de complemento.

Os *argumentos* são divisíveis em: *argumento(s) interno(s)* e o *argumento externo*. Os *argumento(s) interno(s)* ocupa(m) tipicamente posições de complemento, no caso dos verbos; o argumento externo ocupa a posição de sujeito frásico. Considera-se que o Sujeito é um *argumento externo*, dado que, na representação em árvore, ele é projectado do nó frásico como exterior ao Sintagma Verbal.

Todas as restantes funções sintácticas referidas acima constituem-se como *argumentos internos* do verbo, uma vez que são subcategorizadas pelo verbo, ou seja, partem do nó do Sintagma Verbal.

Reflectamos, agora, sobre a noção de transitividade e intransitividade para, de seguida, se analisar com maior clareza as noções de inacusatividade e de inergatividade.

Na sequência de outros autores, Choupina, Guedes e Brito (2010), defendem que a noção de transitividade implica a existência de mais do que um *argumento*: “Do ponto de vista linguístico, a noção de transitividade implica um predador que seja poliádico (de dois ou mais lugares, valências ou argumentos). Na origem da divisão dos verbos em transitivos e intransitivos está a noção de passagem”.

De acordo com João de Barros (1540), citado por Buescu (1971), os verbos pessoais *passam* a sua acção a outra coisa: “ou pássa a sua auçám em outra cousa ou nam. Ôs que pássam, chamam-lhe os Latinos transitivos, que quér dizer pa[s]adores, como: Eu amo a çiência; a auçám do quál vérbo, amo, pássa na çiência. Estes transitivos tem diverso regimento, porque uns regem genitivo outros dativo, outros acusativo, outros dativo e acusativo.[...]” (cf. Buescu (1971:352))

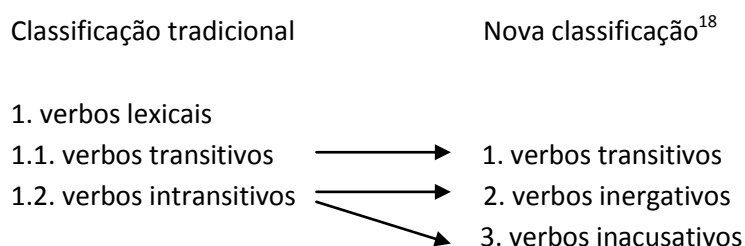
É com base na existência ou ausência de *argumentos*, no número e natureza categorial dos *argumentos internos* e na função sintáctica que desempenham que se percebe a distinção tradicional, também adoptada pelas gramáticas modernas, entre Vs transitivos e Vs intransitivos.

Todavia, nas últimas décadas, tem-se vindo a demonstrar que os verbos monoargumentais (verbos de um só argumento), os ditos intransitivos, que antes eram considerados como membros de uma única classe, integram duas classes diferentes. Uma das classes – a dos verbos inergativos - define-se por ter como único argumento: um argumento externo (AE), com propriedades muito semelhantes às do Sujeito dos verbos transitivos. A outra - a dos verbos inacusativos - apresenta como único argumento: um argumento interno (AI) que, do ponto de vista semântico, tem propriedades semelhantes às de Objecto dos verbos transitivos, embora se comporte no nível superficial como Sujeito, pois concorda sempre com o verbo. (cf. Silva e Miotto 2001:78)

Assim, ao admitir a existência de verbos inacusativos e de verbos inergativos, há uma reorganização na classificação tradicional dos verbos.

Atente-se em 20) quadro 3:

20) Quadro 3 – Classificação sintáctica de verbos



¹⁸ Esquema inspirado em Silva e Miotto (2001:85)

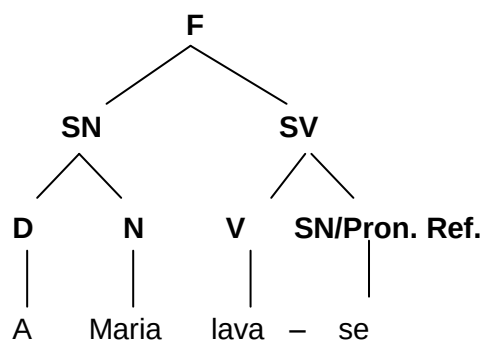
Percebe-se claramente que a classe dos verbos transitivos não sofre alterações e a classe dos intransitivos é dividida em inergativos e inacusativos.

Otero (1999) e outros autores entendem que a similitude entre alguns verbos pseudo-reflexos e os inacusativos poderia levar a analisá-los como uma classe de verbos inacusativos. (cf. Otero (1999:1467))

No entanto, a semelhança não basta para concluir, de acordo com o mesmo autor, que todos os verbos pseudo-reflexos sejam inacusativos, tal como se procurará mostrar com esta investigação.

Na visão tradicional, os verbos reflexos são considerados como verbos transitivos. Com efeito, nesta perspectiva, uma frase com um V reflexo tem a seguinte estrutura:

21) a) A Maria lava-se.



A co-indexação em (21b)) indica que *se* e *a Maria* se referem à mesma pessoa. A acção recai sobre o Agente que é também Paciente:

21) (b) A Maria_i [lava-se]_i.

Visto deste modo, um V reflexo é um verbo transitivo. Pesetsky (1995), no entanto, defende que os verbos reflexos são inacusativos porque dispõem de um só argumento. Veja-se o exemplo do francês, dado por Pesetsky (1995:103) e retrovertido, depois, aqui, para PE e italiano:

- 22) (a) Marie_i [_{vp} se_i voit_i].
22) (b) A Maria_i [_{vp} vê_i-se_i]. (em PE)
22) (c) Maria_i [_{vp} si_i vede_i]. (em Italiano)

“These constructions are unaccusative in that they involve A-movement of their object to a Case position.” (cf. Pesetsky 1995:103), isto é, de acordo com o autor, este tipo de construção envolveria o movimento de um argumento da posição de Objecto para a posição de Sujeito.

Kayne (1975), citado por Pesetsky (1995), aproxima pela primeira vez os Vs reflexos de Vs com um só argumento, que para Kayne (1975) seria o *argumento externo* dos verbos: “I will follow a suggestion that has been developed for Romance in recent lectures by Richard Kayne. [...] According to Kayne, reflexive clitics in French and Italian are always *external* arguments, though they are assigned accusative Case.” (Pesetsky (1995:103)) Exploraremos, mais alargadamente, esta noção, no último capítulo deste estudo.

Pesetsky (1995) defende, então, que Vs reflexos são inacusativos e apresentou como argumento o facto de que, em italiano e em francês, uns e outros se conjugam, nos tempos compostos, com um equivalente de *ser*. (cf. Pesetsky (1995: 102e ss)). O autor apresenta como exemplo a seguinte construção em francês, a qual se passou, depois, aqui, para PE e italiano:

- 23) (a) Marie s'est vue au mirror. (em Francês)
23) (b) Maria si è trovato nello specchio. (em Italiano)
23) (c) A Maria viu-se ao espelho. (em PE)

Porém, em PE e em muitas outras línguas, o verbo auxiliar dos tempos compostos de todos os tipos de verbos é o verbo “ter”: “O português não mostra efeito sintáctico quando se trata de combinar o auxiliar com um verbo inacusativo ou inergativo para formar o passado composto (ou o pretérito mais que perfeito composto): é possível apenas a combinação com o auxiliar *ter* (ou *haver*), a combinação com o auxiliar *ser* não estando disponível nesta língua.” (Silva e Miotto (2001:79))

Além disso, os verbos reflexos não passam por um teste que é proposto para definir a inacusatividade.

Eliseu (1984) mostra que os verbos inacusativos podem surgir na construção resultativa com o verbo “estar”:

24) O homem está morto.

Mas, em casos como em (25)), a agramaticalidade da frase é clara:

25) *A Maria está vista.¹⁹

O argumento apontado por Pesetsky (1995) não é, pois, razão para, em PE, se aproximar os verbos reflexos de verbos inacusativos.

Também não dizemos:

26) *O João está pavoneado.

27) *O João está suicidado.

Também para Reinhart, (2000), que analisa o italiano e o francês, não se pode interpretar que os reflexos se comportem sintacticamente como os inacusativos: “Though I cannot explain this variation of judgment, such results cannot be interpreted as showing that reflexives and unaccusatives are syntactically alike.” (Reinhart, (2000:15))

No que se refere aos verbos pseudo-reflexos, há, de acordo com Otero (1999), duas classes de verbos inerentemente reflexos: os inacusativos e os inergativos.

Inacusativos são os verbos pseudo-reflexos sem agentividade e alguns casos especiais, tais como:

¹⁹ Os exemplos seguintes:

i) A Maria está magoada.

ii) A Maria está lavada.

são gramaticais não porque os verbos *magoar* e *lavar* podem ser reflexos, mas por poderem ser Vs transitivos e de “accomplishment”, em termos semânticos, o que significa poderem ter um resultado possível.

- 28) a) La cuerda acabo por desatarse.
- 28) b) A corda acabou por soltar-se. (em PE)
- 28) c) El convoy se llenó de agua²⁰.
- 28) d) O comboio encheu-se de água. (em PE)

O mesmo autor questiona o facto de ser razoável propor que verbos como: *vangloriar-se*, *pavonear-se*, *suicidar-se* sejam inacusativos.

Parece, então, que os Vs pseudo-reflexos, como: *lembrar-se*, *esquecer-se*, *equivocar-se*, *aperceber-se*, etc. são para Otero (1999) inergativos com um Sujeito Experienciador.

Resumindo, Pesetsky (1995) defende que os verbos reflexos são inacusativos porque dispõem de um só argumento e porque, em francês e em italiano, os verbos inacusativos e os verbos reflexos se conjugam com um equivalente de *ser*. O PE, contudo, não mostra efeito sintáctico quando se trata de conjugar o auxiliar com um verbo inacusativo ou inergativo para formar tempos compostos. Junta-se ainda o facto de os verbos reflexos não passarem pelo teste da construção resultativa com *estar*, teste proposto por Eliseu (1984) para definir a inacusatividade.

Este assunto merecerá, como já antedito, uma observação mais alargada, no último capítulo.

²⁰ Cf. Otero (1999: 1468 e 1470 – exemplos 113b) e 114b)).

Capítulo II

Aspectos gerais dos clíticos em Português Europeu

Ponto 1) Definição de pronome clítico

Uma vez que o objectivo deste estudo é tentar compreender mais aprofundadamente os verbos pseudo-reflexos em Português Europeu, é pertinente que se reflita sobre a definição de pronome clítico.

Na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*: “Chamão-se *Enclíticas* as particulas de huma Lingua, que se encostão sobre a palavra antecedente, e se unem com ella de tal sorte, que não parecem fazer na pronunciação senão huma unica palavra com aquella a que se ajuntão. Esta sociabilidade procede ja da sua pequenez e brevidade, que não excede a duas Syllabas, e essas breves, ja por que occorendo a cada passo no discurso estas Enclíticas, se fizessem corpo à parte, obrigarião a fazer pausas mui curtas e repetidas, que fatigarião o pulmão em demazia (...)” (Barbosa (1830:48))

Percebemos, a partir da citação utilizada, que os clíticos se *encostam* ao vocábulo precedente, neste caso ao verbo, facto que exploraremos mais adiante, aquando da análise do padrão da colocação dos clíticos (ponto 6 – capítulo II); que se pronunciam, com o verbo hospedeiro, como uma só palavra (situação que dependerá da colocação) e que os clíticos não excedem as duas sílabas.

Kaiser (1996) defende que os pronomes clíticos não podem ser vistos como palavras (ainda que o conceito de palavra seja controverso), mas, por outro lado, também não poderão ser tidos como simples afixos.

Para Kaiser (1996), eles dispõem de uma sintaxe específica e terão de ser considerados como integrantes de uma classe intermédia entre as palavras independentes e os morfemas presos: “Os pronomes clíticos constituem, como bem se sabe, uma das particularidades mais salientes de todas as línguas românicas. Eles distinguem-se, por um lado, de outros sintagmas nominais por não serem «palavras completas» e, por outro lado, de meros afixos por terem uma certa independência sintáctica. (cf. Kaiser (1996:1933))²¹

Já para Nevis & Zwicky (1995), o termo clítico pode funcionar, em sentido lato, como uma espécie de “*guarda-chuva*”, na medida em que, enquanto fenómeno, ele apresenta propriedades combinadas de algum tipo, não sendo nome de uma “construção teórica”: “It is argued here that *clitic*, understood in this broad fashion, is an umbrella term, not a genuine category in grammatical theory. Umbrella names are terms for problems, for phenomena that present “mixed” properties of some kind, not names of theoretical constructs.” (Nevis & Zwicky (1995:13))

Os mesmos autores, nesse mesmo estudo, fazem ainda referência às peculiaridades morfológicas e sintácticas dos clíticos, incluindo, nesta última, a subida de clítico e a possibilidade de redobro, que têm vindo a ser reconhecidas aos clíticos em trabalhos mais recentes. (cf. Nevis & Zwicky (1995:14))

No trabalho de Kaiser (1996) verifica-se que, apesar de o português moderno ter conservado muito do português antigo, nesta matéria de clíticos existem diferenças: “Nas frases raízes afirmativas, o português antigo permitia as *duas* posições do clítico.” (Kaiser (1996:1937)) Tal significa que o clítico poderia surgir ou antes ou depois do verbo.

Este autor enuncia ainda outra divergência entre o português antigo e o actual, referindo-se à ortografia, uma questão que não é de somenos importância como perceberemos adiante.

²¹ Cf., entre outros, Zwicky (1977:01)

Kaiser (1996) explica, então, que, muitas vezes, os pronomes clíticos pré-verbais e não apenas os pós-verbais surgiam ligados ortograficamente à palavra antecedente ou através de hífen ou não separados por um espaço, como demonstram os exemplos de interpolação de Meyer- Lübke (1987:316), retirados de Kaiser (1996: 1938):

- 29) hũũforno ondeo elle mandava
30) e nõn-o atormentassem tanto²²

A questão ortográfica acima transcrita surge, neste âmbito, como relevante, pois levou alguns autores a formular certas hipóteses sobre a sintaxe dos clíticos a partir dela: “Para Meyer-Lübke (1987), um dos primeiros linguistas a investigar a questão dos pronomes clíticos nas línguas românicas antigas, essa ortografia mostra que os pronomes clíticos do português antigo eram *enclíticos*, isto é, ligados a uma palavra precedente, qualquer que seja essa palavra. Segundo ele, esse fenômeno está ligado a uma regra *sintática* mais geral, observada por Wackernagel (1892), que afirma que todas as línguas indo-européias antigas eram caracterizadas pelo fato de que os elementos átonos ou clíticos sempre ocupavam a *segunda* posição da frase.” (Kaiser (1996: 1938))

Depois desta breve introdução sobre a definição de clítico, feita à luz de vários autores, passar-se-ão, em revista, as características gerais dos clíticos.

²² Exemplos identificados em Kaiser (1996:1938 como a) e b))

Ponto 2) Características gerais dos pronomes clíticos

Serão, agora, apresentadas nesta discussão sobre a noção de pronome clítico algumas das características dos clíticos, com base em Matos (2003)²³, análise necessária para o propósito deste estudo.

1) OS PRONOMES CLÍTICOS SÃO ÁTONOS

Os pronomes clíticos dividem com outras unidades lexicais, designadamente as preposições e os artigos, a propriedade de serem átonos. Dependem, conseqüentemente, de itens lexicais com acentuação própria, usualmente referidos como hospedeiros. (cf. Matos (2003:828) e Pereira (2006:01-02))

Esta característica priva-os de aparecerem isolados no discurso ou num par de pergunta - resposta, como o atesta o exemplo retirado de Matos (2003:829):

31) - Ele falou a alguém quando entrou na sala?

* - Me! Vs. – A mim!

32) - Riu-se muito.

- De quê? / De quem?

*Se.

2) OS PRONOMES CLÍTICOS SÃO CLÍTICOS ESPECIAIS

Os pronomes clíticos contêm, na globalidade, propriedades formais específicas que legitimam a designação de *clíticos especiais*, por oposição às restantes classes de palavras átonas (artigos e preposições) denominados, por vezes, como *clíticos simples*. (cf. Matos (2003:830))

²³ Para a verificação de outras características, consultar Matos (2003), capítulo 20.5

Segundo a mesma autora, os clíticos especiais, diferentemente das preposições e dos artigos, mesmo quando designam um complemento do verbo, não ocorrem na posição canónica característica desse complemento, mas antes em adjacência estrita ao verbo. Comparem-se contrastivamente os exemplos dados por Matos (2003:830):

33) Eles enviaram-*lhes* todas as informações pela internet.

34) Eles enviaram todas as informações [aos que as solicitaram] pela internet.

Em (33) com o clítico especial, temos: Verbo + Objecto Indirecto (*lhes*) + Objecto Directo e em (34) com o clítico simples, temos: Verbo + Objecto Directo + Objecto Indirecto (ordem canónica, em PE.)

Sempre que co-ocorrem vários clíticos, a ordem que seguem é, também, diferente da ordem canónica, surgindo primeiramente o clítico impessoal (sujeito), seguido do clítico dativo e finalmente o acusativo, tal como o exemplo da mesma autora mostra:

35) Compra-se *lhos* logo que seja possível.

Atente-se ainda sobre o facto de que os clíticos especiais não se confinam a uma posição única em relação ao seu *hospedeiro*. (cf. Matos (2003: 829-830); Pereira (2006:13) e cf. padrão de colocação dos clíticos em PE, capítulo II, ponto 6)

3) POSSIBILIDADE DE REDOBRO DE CLÍTICO

Ainda que os pronomes clíticos possam surgir como complementos dos verbos, eles não ocupam as posições canónicas destes, como vimos acima. Em línguas como o português, é possível que tais lugares possam ser ocupados por outro material lexical. Nessas situações, ocorre o redobro de clítico, como acontece nos exemplos retirados de Matos (2003:832):

36) (a) Encontrámo-*las* a *elas* na feira do livro.

36) (b) Os professores ofereceram-*lhes* gelados a *todos* no dia das crianças.

36) (c) Nós conhecemo-*nos* a *nós próprios* /a *nós mesmos* melhor do que a ninguém.

36) (d) Os carros cruzaram-se *um com o outro* a alta velocidade.

Neste género de construções de redobro de clítico, a forma do constituinte redobrado não é aleatória e varia consoante o pronome é não-reflexo, reflexo ou recíproco.

Especificamente, na primeira situação, o constituinte em posição canónica só pode ser um pronome pessoal forte ou um quantificador, conforme ilustram exemplos abaixo. As frases nas quais o pronome pessoal forte não surge em posição argumental são, em caso de redobro, agramaticais:

37) (a) *Encontrámo-*las* às *raparigas* na feira do livro.

37) (b) *Os professores ofereceram-*lhe* gelados ao *João*. (cf. Matos (2003:832))

Na óptica de Matos (2003), os pronomes clíticos pseudo-reflexos não podem ser redobrados: “O clítico inerente não afecta a estrutura argumental do predador verbal, não pode ser redobrado (...) e, consoante os verbos, ocorre opcional ou obrigatoriamente.” (cf. Matos (2003:844); Vilela (1992); e o capítulo final desta dissertação).

Em síntese, as características dos pronomes clíticos a que se deu relevo, neste ponto, foram: os pronomes clíticos são átonos; os pronomes clíticos são clíticos especiais; os pronomes clíticos detêm a possibilidade de redobro (situação não extensível aos pronomes clíticos pseudo-reflexos).²⁴

²⁴ Cf. Matos (2003), páginas: 828-834

Ponto 3) Funções sintáticas dos pronomes clíticos reflexos

Vimos, no ponto anterior, que, sob a designação de pronomes clíticos ou clíticos especiais, se incluem diversas formas que desempenham funções distintas.

Barbosa (1830) explicita as funções de *objectivos* e de *terminativos* dos clíticos, sendo que a primeira se prende com a reflexividade e a segunda com uma acção a desenvolver em relação, não ao próprio, mas a outro: “3.^a Os casos *Me*, *Nos* do Pessoal da I.^a Pessoa, os da II.^a *Te*, *Vos*, e o do Reciproco da III.^a *Se*, todos com *accento grave* e *enclítico*, nunca admitem preposições, e são complementos já *objectivos*, já *terminativos* segundo o demanda a significação do verbo ou so activa, ou também relativa. São *objectivos*, quando vem sos com os Verbos activos, como *Louvo-me*, *Louva-te*, *Louva-se*, [etc] e são *terminativos*, quando os Verbos tem outro objecto sobre que cáe sua acção, e os pessoas indicão so o termo da sua relação, como: *Faço-te mercê*, *Da-me este gosto*, *Fico-te obrigado*.” (Barbosa (1830:157))

Cunha e Cintra (1992) remetem, igualmente, para a função de acusativo e de dativo dos pronomes clíticos reflexos: “Quando o objecto directo ou indirecto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo, ele é expresso por um PRONOME REFLEXIVO.” (Cunha e Cintra (1992:281))

Para Brito (2003), o reflexo é tipicamente o Objecto Directo, sendo, por isso, em geral, usado com verbos transitivos. Esta situação não ocorre exclusivamente com frases simples. Passa-se, também, em construções complexas em que há marcação excepcional de caso por parte do verbo superior (cf. Brito (2003:807)):

38) Eu deixei-*me* cair no sofá.

39) A Maria viu-se falar com o ministro.

O reflexo pode, todavia, ser um Objecto Indirecto, tal como sustenta Brito (2003) (*ibidem*):

40) A Maria perguntou-se (a si mesma) se queria concorrer ao concurso.

Em resumo, os pronomes clíticos reflexos podem ter a função de *objectivos* e de *terminativos* para Barbosa (1830), dependendo se a acção se prende com a reflexividade ou com uma acção a desenvolver em relação, não ao próprio, mas a outro. De acordo com Cunha e Cintra (1992), os pronomes clíticos reflexos desempenham a função de acusativo e de dativo. Segundo Brito (2003), o reflexo é tipicamente o Objecto Directo, podendo, contudo, ocorrer com a função de Objecto Indirecto.

Foram sucintamente analisadas as funções sintácticas dos pronomes clíticos reflexos verdadeiros. No que se refere aos pronomes clíticos inerentes ou pseudo-reflexos, abordaremos os seus valores e a interpretação temática destes, no capítulo V, pontos 1 e 2.

Seguidamente, será feita uma análise dos pronomes clíticos com base nos aspectos de ligação que estes detêm. Desenvolver-se-á a noção de anáfora sintáctica.

Ponto 4: Pronomes reflexos: aspectos de ligação – a anáfora sintáctica

Não se poderia reflectir sobre a cliticização a par com a reflexividade verdadeira e com a inerente sem haver um momento dedicado aos problemas relativos à distribuição dos pronomes e das anáforas.

Esclareçamos, antes, contudo, de forma bastante abreviada a noção geral de anáfora.

Para a retórica, a anáfora é tida como uma figura de estilo que se resume à repetição de uma palavra ou grupo de palavras, no início de enunciados sucessivos. Pretende-se, assim, enfatizar a expressão que voluntariamente se repete.

Na óptica de Otero (1999), um falante de uma língua usa a anáfora de modo inconsciente e sem poder evitá-lo: “Como el celebrado personaje que hablaba siempre en prosa sin saber que lo hacía, el hablante de una lengua que no es gramático de profesión hace uso de la anáfora sin percatarse de ello (con rarísimas excepciones, si las hay), y sin poder evitarlo. ¿Quién no ha dicho algo del tenor de *Juana tiene ante sí una gran oportunidad* sin pararse a pensar que el pronombre *sí*, por estar vacío de contenido significativo, queda a merced de alguna otra palabra de la que puede cobrar sentido, en este caso *Juana*?” (Otero (1999:1429))

As relações anafóricas são tidas, para este autor, como características das línguas, não havendo nenhuma que não faça uso delas: “No tiene, pues, nada de sorprendente que las relaciones anafóricas hayan sido reconocidas desde la antigüedad como una de las propiedades más características de las lenguas humanas.” (Otero (1999:1429)). Não há, portanto, língua alguma que não disponha deste tipo de relações: “No hay ninguna lengua conocida en la que este tipo de relación gramatical no represente un papel de suma importancia.” (Otero (1999:1429))

No quadro teórico das diferentes áreas da linguística, a noção de anáfora é matéria controversa: “Na Linguística moderna, o conceito de anáfora não é uniforme, tendendo, de qualquer modo, a ser visto como o processo que consiste em utilizar uma forma linguística ou um vazio para remeter para algo que foi dito anteriormente (o antecedente); nesta visão alargada, a anáfora distingue-se da catáfora, que consiste em remeter para algo que é dito no discurso posterior.” (Brito (2003:802))

Para Otero (1999), a anáfora representa a relação entre uma palavra ou expressão de qualquer tipo com outra palavra ou expressão anterior: “relación entre una palabra o frase de cualquier tipo y otra palabra o frase anterior.” Nesta perspectiva, pode dizer-se que dois elementos A e a estão relacionados anaforicamente quando a especificação do conteúdo do elemento antecedido ou subsequente – A - depende de algum modo do elemento antecedente – a. (Otero (1999:1430))

No que se refere à catáfora, o mesmo autor considera haver o procedimento inverso da expressão anafórica: “En este caso especial de anáfora o relación anafórica en que el ‘antecedente’ (que no ‘antecede’ en sentido literal) sucede al ‘antecedido’ el que recibe el nombre de ‘catáfora’, es decir, ‘anáfora hacia atrás’. (Otero (1999:1430)) Entre os autores que usam este termo, encontra-se, também, Bühler (1934)²⁵.

Dependendo do enquadramento teórico, são assim considerados vários tipos de anáfora. As designações podem variar na literatura relacionada com este assunto. Não nos deteremos, todavia, sobre as diversas definições de anáfora nem sobre os vários tipos existentes porque não é esse o objectivo deste trabalho. Atentemos exclusivamente sobre a anáfora pronominal. Vejamos os exemplos:

41) O teu irmão chegou de férias; *e/le* / [-] vinha moreno e satisfeito.

42) As testemunhas disseram que *e/las* / [-] tinham visto o rebentamento do pneu.

²⁵ Cf. texto referido em nota por Otero (1999:1430)

- 43) Uma fotografia da *Maria* perturbou-a_{ij}.
44) A *Maria*_i trouxe uma amiga com *ela*_{ij}.²⁶
45) Todos os pais gostam dos *seus* filhos.
46) A criança magoou-se no jardim.
47) As crianças magoaram-se umas às outras.²⁷

Em todos estes exemplos a retoma é efectuada através de pronomes, sejam eles pessoais, possessivos, reflexos ou recíprocos ou mesmo vazios e, por isso mesmo, não têm “referência virtual” em si mesmo. Contudo, nas quatro primeiras construções ((41)-(44)), pode ou não haver interpretação co-referencial. Já nos três exemplos a seguir, ((45)-(47)) o valor dos pronomes é totalmente dependente do valor da expressão anterior.

Na concepção de Otero (1999) quer as construções reflexas quer as recíprocas são anafóricas: “Tanto las expresiones reflexivas como las recíprocas son expresiones anafóricas en un sentido especial y preciso.” (Otero (1999:1429))

Para Brito (2003), bem como para Otero (1999), que trabalham no quadro da gramática generativa, existe a *anáfora ligada* quando há uma relação referencial que se estabelece entre certas expressões tradicionalmente consideradas pronominais, como os reflexos e os recíprocos, e que não têm nunca referência autónoma, e uma expressão que fixa o seu valor referencial, isto é, que lhes serve de antecedente.

- 48) [A criança]_i magoou-se_i no jardim.²⁸

A anáfora é, na generalidade, um processo de co-referência. Já o inverso pode não ser verdade, uma vez que nem todos os casos de co-referência são tidos como anafóricos, no sentido restrito do termo.

²⁶ “A leitura co-referencial não é a única possível (daí os índices *i* e *j*)

²⁷ Cf. Brito (2003:803)

²⁸ Exemplo retirado de Brito (2003:805)

Percebe-se, assim, que o conceito de anáfora fique adstrito à co-referência com os reflexos e os recíprocos, uma vez que os pronomes com valor de 3.^a pessoa podem ser co-referenciais ou não. Revejam-se os exemplos ((41)-(44)). É importante referir também o facto de que os pronomes como *eu*, *tu*, *nós* e *vós* terem apenas valor dêitico e nunca um valor co-referencial.

O antecedente de um pronome reflexo é um antecedente *especial*, como o designa Otero (1999), dado que é um elemento ‘ligador’: “(...) el antecedente de un pronombre reflexivo o recíproco es un antecedente muy especial, ya que es un (elemento) ‘ligador’, el elemento anafórico (antecedido) es un (elemento) ‘ligado’ y una relación reflexiva o recíproca es esencialmente una relación de ‘ligamiento’ (...)” (Otero (1999:1432))

Este autor explica que o domínio local de uma expressão anafórica reflexiva é a unidade mínima que contém a anáfora e um ligador em potência (cf. Otero (1999:1446)). Neste seguimento, o autor apresenta a seguinte generalização, que consiste no Princípio A de Chomsky (1981):

“Generalización A:

Una expresión anafórica reflexiva (sí, por ejemplo) tiene que estar ‘ligada’ (por un antecedente) dentro de un dominio local del que forma parte, dominio que cabe identificar (provisionalmente) como la frase mínima que contiene un ligador en potencia” (Otero (1999:1447))²⁹

Em resumo, a anáfora ligada surge como o conceito restrito de anáfora. Um dos exemplos típicos de anáfora ligada é o que acontece quando o pronome reflexo ou recíproco se refere, em regime de exclusividade, ao Sujeito da oração, que é o seu antecedente e dele depende sintacticamente.

Esta formulação encaminha-nos para a noção de *c-comando*³⁰: “Sabemos hoje que a relação anafórica é regulada por uma condição configuracional, a condição de c-comando.” (Brito (1991:104))

²⁹ Cf, igualmente, Chomsky (1981, PA)

³⁰ A condição de *c-comando* foi introduzida pela primeira vez por Reinhart (1976). A linguista israelita teve por base a noção de comando de Langacker (1969), segundo Brito (1991) indica (cf. Brito 91:104). A ideia de Langacker (1969) era a seguinte: “(...) o nó A *comanda* o nó B se o mais baixo nó F que domina A domina também B.”, como refere, em nota, Brito (1991:118), nota (4). Matos (1991) refere-se ao mesmo conceito e cita Reinhart (1976):

Assim, a anáfora ligada é uma anáfora sob c-comando do antecedente.

Na mesma linha de raciocínio de Otero (1999), enuncia-se a perspectiva de Brito (2003): “Uma anáfora tem de ter o seu antecedente dentro da oração a que pertence (...)” (Brito (2003:811)) A relação anafórica é caracterizável pela sua *localidade*, o que prevê que esta seja ligada num domínio sintáctico mínimo.

Em síntese, os reflexos e os recíprocos são anáforas (no sentido de anáforas ligadas), dado serem formas linguísticas cujo valor referencial só existe pela sua relação com um antecedente. Se relacionarmos esta condição ou restrição com a semântica, verificamos que a condição de c-comando equivale à ideia de escopo: “Em termos semânticos, a condição de c-comando corresponde à noção de escopo; assim, uma anáfora deve estar no escopo do seu antecedente.” (Brito (1991:105))

Neste ponto, foram analisados alguns aspectos de ligação dos pronomes reflexos. Vimos que os pronomes reflexos são claramente anáforas sintácticas. Foi, em síntese, explorada a noção de c-comando. No que concerne especificamente aos pronomes clíticos pseudo-reflexos, será desenvolvida uma abordagem relativa a outros aspectos sintácticos e temáticos, no último capítulo, pontos 1 e 2.

No ponto a seguir, serão indicados os diversos tipos de clíticos que existem, em PE, sem, contudo, se proceder a uma descrição extensa, pois o objecto deste trabalho está circunscrito ao clítico sem conteúdo semântico ou morfossintáctico, o chamado clítico pseudo-reflexo, clítico utilizado com alguns verbos ditos reflexos falsos.

“A c-comanda B se

o primeiro nó ramificante que domina A ou domina B ou é dominado por um nó X_2 que domina B e X_2 é do mesmo tipo de categoria de X_1 .” (Reinhart 1976, citada por Matos (1991:137)).

Ponto 5) Tipos de clíticos

Partindo da divisão de Cinque (1995) entre pronomes reflexos argumentais e pronomes reflexos não argumentais, Matos (2003) divide os pronomes clíticos da seguinte forma: clíticos com conteúdo argumental; clíticos quase argumentais; clíticos com comportamento de afixo derivacional e clíticos sem conteúdo semântico ou morfo-sintático³¹. Assim:

No quadro dos clíticos argumentais, existem:

- O clítico argumental de referência definida: *pronominais e anáforas*

49) A Ana mandou-o comprar bilhetes para o espectáculo.

- O clítico argumental de referência arbitrária: *se-nominativo* (parafraseável por *alguém*)

50) Aluga-se casas.

- O clítico argumental proposicional ou predicativo: clítico demonstrativo (*o* – correlato do demonstrativo *isso*);

51) Que era culpado, ele não o declarou abertamente.

No quadro dos clíticos quase-argumentais, existem:

- O clítico com estatuto argumental e funcional *se passivo*;

52) Venderam-se hoje muitos livros na feira do livro.

- Os clíticos referenciais não associados à grelha argumental do verbo: *dativos ético e de posse*³²;

³¹ Os exemplos foram retirados de Matos (2003:835 e ss)

³² Há autores que rejeitam o estatuto quase argumental dos dativos ético e de posse, como é o caso de Sportiche (1988), referido por Matos (2003:840 - nota (84)). Para este autor bem como para outros, a sua natureza não argumental define-se pelo facto de não poder ocorrer em contextos de redobro de clítico nem de legitimar a extracção simultânea de clítico.

53) Cala-me essa boca, pois já não te posso ouvir chorar. (ético)

54) Doem-lhe as costas. (de posse)

Vilela (1992) refere-se ainda, neste âmbito, ao *Dativus commodi/incommodi*³³ e ao Dativo Livre. No primeiro caso, a *pessoa* implicada nele tem o proveito/detrimento da acção referenciada no verbo:

55) *Ele ligou-me amavelmente a luz.*

No segundo caso (Dativo livre), as pessoas estão numa relação *especial* de interesse, de participação, de responsabilidade com o conteúdo descrito na frase (as pessoas não participam no processo):

56) *Não me faças asneiras.*

No quadro dos clíticos com comportamento de afixo derivacional, para Matos (2003), existe:

- O clítico ergativo/antiacusativo

57) O barco virou-se.

No quadro dos clíticos sem conteúdo semântico ou morfo-sintáctico, existe:

- O clítico sem conteúdo semântico ou morfo-sintáctico: clítico inerente:

58) A Maria apaixonou-se por aquele homem encantador.

Depois de enunciados os vários tipos de pronomes clíticos em PE, vamos começar a discutir os valores dos verbos pseudo-reflexos.

³³ Cf. Vilela (1992: 124))

Há autores que não consideram que os clíticos reflexos sejam argumento interno. Cinque (1998)³⁴, referido por Matos (2003), admite que o clítico reflexo absorva a relação temática do argumento externo. A autora relembra, todavia, que a possibilidade de redobro parece apontar noutra direcção, dado que a expressão redobrada ocupa aparentemente a posição de argumento interno. (Matos (2003:835)) Veja-se o exemplo:

59) Eles encontraram-se [*um com o outro*] na rua quando se dirigiam para casa.

O redobro do clítico indicaria que o tipo de verbo em causa não perde o argumento interno.

No que se refere aos pronomes clíticos pseudo-reflexos, Matos (2003) indica que estes não estão associados a qualquer posição argumental ou de adjunto. (cf. Matos (2003:843))

Atente-se nos exemplos da mesma autora, aqui numerados (60 a-d)) e (61 a-d)):

60) (a) A Maria apaixonou-se por aquele homem encantador.

60) (a) Tu zangas-te sem saber porquê.

60) (c) Rio-me às gargalhadas das graças desse cómico.

60) (d) As tristezas acabaram-se.

61) (a) *Aquele homem encantador apaixonou a Maria.

61) (b) *Aquilo zangou-te.

61) (c) *As graças desse cómico riem-me às gargalhadas.

61) (d) *Aquele acontecimento acabou as tristezas.

³⁴ "If *si* is an *argument*, by the theta-criterion under the Projection Principle it must be associated with a theta-role at every level of representation, including D-structure. As a [NP, IP] clitic, it must, in particular, be associated with the theta-role assigned by the verb (via the VP) to the [NP, IP] position, namely the *external* theta-role." (Cinque (1995:129)) Esta perspectiva indica que o *si* ocorrerá apenas em contextos nos quais um papel Teta externo seja atribuído, isto é, em orações com verbos transitivos e inergativos. Se assim não for, há violação do critério Teta, na estrutura D.

Segundo Matos (2003), o contraste entre os exemplos (60 a - d)) e (61 a - d))³⁵ mostra que o pronome clítico pseudo-reflexo não está associado a uma posição argumental.

A mesma autora acrescenta que, para tornar explícito o causador que conduz à situação expressa pelos verbos que apresentam este clítico, usa-se uma construção perifrástica com o verbo *fazer*, o qual admite a presença do clítico inerente no predicado subordinado, tal como se verifica nos exemplos seguintes:³⁶

62) Aquele homem encantador fez a Maria apaixonar-se.

63) Aquilo fez-te zangar. (cf. Matos 2003:843).

Vamo-nos assim apercebendo de que os verbos com o pronome clítico pseudo-reflexo tem um argumento *experienciador* e não *causador*, embora se possa considerar haver alguma *agentividade*, como afirma Vilela (1992:78), possivelmente, em casos como:

64) Apercebi-me desse facto, na semana passada.

65) Despedi-me da turma, no fim-de-semana.

66) Casei-me com o João, há 10 anos.

67) Afastei-me da empresa, desde Julho.

De qualquer modo, vejamos que, nos exemplos acima, o pronome clítico não pode ser argumental. O SPrep exigido (quase sempre) por ele é o argumento interno, tal como desenvolveremos mais adiante, neste estudo. Note-se, por ora, a agramaticalidade das produções (68b)) e (68c)) em contraponto com a gramaticalidade de (68a)):

68) (a) Arrependo-*me* dos erros.

68) (b) *Arrependo dos erros.

68) (c) *Arrependo os erros.

³⁵ Cf. Matos (2003:843)

³⁶ Cf. Matos (2003:844)

Sintetizando, existem, segundo Matos (2003), clíticos com conteúdo argumental; clíticos quase argumentais; clíticos com comportamento de afixo derivacional e clíticos sem conteúdo semântico ou morfo-sintático. No quadro dos clíticos argumentais, existem: o *clítico de referência definida*; o *clítico argumental de referência arbitrária* e o *clítico argumental proposicional ou predicativo*. No quadro dos clíticos quase-argumentais, temos, segundo a mesma autora: o *clítico com estatuto quase-argumental e funcional se passivo* e os *clíticos referenciais não associados à grelha argumental do verbo: dativos ético e de posse*³⁷. No quadro dos clíticos com comportamento de afixo derivacional, está o *clítico ergativo/antiacusativo*. Finalmente, como *clíticos sem conteúdo semântico ou morfo-sintático*, temos o *clítico inerente ou pseudo-reflexo*.

Constatou-se, ainda, que há autores que não consideram que os clíticos reflexos sejam argumento interno, por exemplo, Cinque (1998) e há outros autores para quem a possibilidade de redobro dos clíticos reflexos verdadeiros parece apontar noutra direcção, por exemplo, Matos (2003).

O ponto seguinte será dedicado à análise da colocação dos clíticos, em PE.

³⁷ Vilela (1992) refere-se ainda ao *Dativus commodi/incommodi*³⁷ e ao Dativo Livre.

Ponto 6) Padrão de colocação dos pronomes clíticos em PE

No padrão de colocação dos pronomes clíticos, em PE, surgem três formas distintas: a ênclise; a próclise e a mesóclise.

Barbosa (1830), ao referir-se às formas enclíticas dos verbos, nota precisamente três padrões de colocação³⁸: “As Enclíticas dos Verbos são todos os casos obliquos dos Pronomes, a saber, *me, nos, te, vos, se, o, a, os, as, lhe, lhes*. Todos elles, segundo mais convem ou ao sentido, ou à collocação, podem, ou hir diante os Verbos, como *Louvo-me, Louvamos-nos, Louva-te, Louvai-vos, Louvar-se, Louval-o, Louval-a, Louval-os, Louval-as, Fazer-lhe, Fazer-lhes*: ou atraz como: *Eu me Louvo, Tu te Louvas, Elle se Louva, [etc]* ou no meio, como *Louvar-me-ia, Louvar-te-ei, [etc]*.” (Barbosa (1830:49))

Matos (2003) indica, igualmente, que os pronomes clíticos podem anteceder a forma verbal (próclise), segui-la (ênclise) ou ocorrer no seu interior (mesóclise); já os artigos e as preposições precedem obrigatoriamente a palavra que afectam. Os clíticos *o/a/os/as* assumem as formas *lo/la/los/las* ou *no/na/nos/nas*, dependendo da terminação da forma verbal, alterações que não se registam na língua padrão quando o verbo é seguido de artigos definidos ou de preposições. (cf. Matos (2003:829-831)) Exemplos:

69) (a) Faço-o com prazer. (ênclise)

69) (b) Não o faço, hoje. (próclise)

69) (c) Fá-lo-ei, depois. (mesóclise)

Verifica-se, assim, que, apesar de haver tipologias diferentes de pronomes clíticos, os padrões de colocação não diferem: todos exigem um hospedeiro verbal, o que se traduz num requisito de adjacência entre o pronome clítico e a forma verbal, finita ou não finita.

³⁸ É particularmente interessante a justificação que dá Barbosa (1830) para o uso da mesóclise, pois o autor parece entender ser uma questão de requinte linguístico: “3.^a Nas Linguagens condicionaes, e nas de futuro imperfeito do indicativo he elegante metter o pronome no meio, entre a fôrma primitiva em ar, er, ir, e a terminação final (...)” (cf. Barbosa (1830:261)) Seria, assim, elegante usar a mesóclise.”

Note-se também que sobrevivem no português moderno, na sua variedade europeia, traços de uma gramática antiga, actualmente, em desaparecimento; um destes traços é a colocação nas formas de futuro e de condicional, exigida no PE, a já referida: *mesóclise*. Ainda que exista esta possibilidade, na língua, dados de aquisição, produções de falantes de variedades populares e, na generalidade, gerações mais jovens, demonstram que a mesóclise é, amiúde, preterida pela ênclise, como o atesta o exemplo retirado de Duarte (2003:866):

70) Telefonarei-te mais vezes.

A interpolação, forma que também sobrevive no português moderno, na variante europeia, mas marcada, está, igualmente, em queda (*ibidem*):

71) O João pediu que o não acordassem.

Sobre esta matéria de colocação de clíticos, releva-se ainda o facto de que, em PE, os pronomes clíticos não possam existir em posição inicial de frase, o que equivale a dizer que se cumpre a *Lei de Tobler-Moussafia*: “As formas clíticas não podem ocupar a posição inicial absoluta de frase.” (Duarte (2003:849))

Em Kaiser (1996), essa norma está corroborada: “Como no português europeu actual, os clíticos no português antigo não podiam ocupar a posição pré-verbal quando o verbo ou uma conjunção coordenativa se encontrava em posição inicial da frase(...)” (Kaiser (1996:1937)) O mesmo autor observa ainda que somente o português europeu e o galego mantêm essa regra, actualmente.

De facto, a situação acima ilustrada não ocorre em português do Brasil (daqui em diante PB), na medida em que a próclise é viável em posição inicial de frase:

72) Me dá o livro, fazendo o favor.

Contrariamente, em PE a próclise, nesta situação, produz agramaticalidade: “(...) suponho que a análise mais adequada para os pronomes clíticos em posição pré-verbal é que a cliticização ocorre da direita para a esquerda. Essa hipótese explica o fato de que a concorrência de clíticos na posição inicial está bloqueada no português europeu moderno.” (Kaiser (1996:1939)):

73) *Me diga uma coisa.

74) Diga-me uma coisa.

Para muitos autores, a posição enclítica é o padrão básico, não marcado, ocorrendo a próclise em certos contextos de natureza sintático-semântica ou prosódica marcada.

Curiosamente, Martins (1994), referida por Duarte (2003:850), defende que, no século XVI, no *corpus* de que dispunha, era o padrão proclítico o padrão dominante. Já no século seguinte, a ênclise assoma como a posição preferencial.

Acresce que em termos de aquisição de linguagem é também a ênclise a posição por que optam, na generalidade, as crianças³⁹:

75) não chama-se nada

76) mas ele já foi-se embora

As crianças interiorizam, primeiramente, a forma não marcada. Deste modo, as frases acima não surpreendem. Da mesma forma, as crianças aprendem o que é regular nos verbos e só mais tarde interiorizam as exceções:

77) *Eu sabo, mãe! ⁴⁰

³⁹ Costa e Lobo (2005) confirmam esta visão sobre a ênclise: “Ao contrário do que está relatado para outras línguas, em PE há registo de má colocação de clíticos: de acordo com Duarte e Matos (2000), as crianças tendem a generalizar a ênclise.” (Costa e Lobo (2005:286))

Em PE, a ênclise, como já se referiu, é, presentemente, o padrão não marcado: “(...) em Português Europeu (PE), a ênclise é o padrão não marcado, sendo a próclise motivada pela presença de elementos de tipo operador em configurações em que estes c-comandam assimetricamente o hospedeiro verbal do clítico (...). (Duarte e Matos (1994:177))

Também em Kaiser (1996) podemos encontrar a mesma perspectiva: “Assim, a ordem *clítico-verbo*, que é a ordem não-marcada ou «básica» nas outras línguas românicas, parece ser a ordem marcada no português europeu moderno, sendo reduzida a contextos específicos.” (Kaiser (1996:1936))

Verifica-se, ainda, como já acima referido, que, actualmente, uma tendência dos mais jovens para usarem o padrão enclítico em contextos em que a variedade padrão exige próclise:

78) porque não apercebeu-se que ⁴¹

Contudo, há contextos gramaticais que exigem o uso da próclise, como os casos em que existem atractores de próclise ou proclisadores. A presença destas formas não requer, por si só, o padrão proclítico. É fundamental que as formas proclisadoras *c-comandem e precedam o hospedeiro verbal do clítico*. Alguns proclisadores são, por exemplo: operadores de negação frásicos e sintagmas negativos; sintagmas Q-interrogativos, relativos e exclamativos; os complementadores seleccionados por uma preposição ou certos advérbios, entre outros.

Observem-se os exemplos:

- 79) (a) O João não me telefonou.
- 79) (b) Quem te disse que eu ia jantar hoje contigo?
- 79) (c) A pessoa a quem me apresentaste na conferência é interessante.
- 79) (d) Que belo estalo (que) *lhe* deste.
- 79) (e) Avisa a Maria, mal a vejas.⁴²

⁴⁰ Na maioria dos verbos, em português, a desinência para o Presente do Modo Indicativo, 1ª pessoa singular é: o – “Sonho”; “Ando”; “Como”; “Escrevo”; “Sorrio”; “Sinto” etc. “Saber” é um verbo irregular e daí o erro da criança que ainda não interiorizou as excepções.

⁴¹ Cf. exemplo em Duarte (2003:851)

⁴² Cf. Duarte (2003:854)

Deve acrescentar-se ainda que o padrão acima exposto não é comum a todas as línguas românicas. Os pronomes clíticos têm padrões de colocação distintos nas diversas línguas neolatinas. No francês, os pronomes clíticos são sempre proclíticos. No Imperativo surgem pronomes postostos, mas não são formas fortes:

80) Donne *moi* un bisou.

Em castelhano e italiano, os pronomes clíticos são proclíticos em frases finitas e enclíticos nas não finitas. (cf. Duarte e Matos (1994:189))

Kaiser (1996) sustenta a hipótese de que a especificidade dos pronomes clíticos do Português Europeu Moderno advém do facto de o português ter mantido algumas características que eram partilhadas por todas as línguas românicas antigas. Essas particularidades foram, contudo, abandonadas pelas outras línguas. (cf. Kaiser (1996:1933))

Em síntese, constatámos que há, em PE, em termos de padrão de colocação dos pronomes clíticos, três formas distintas: a ênclise; a próclise e a mesóclise. Vimos que a forma não marcada é a ênclise. Enunciámos sucintamente as situações em que deve ocorrer a próclise e percebemos que a mesóclise pode estar a cair em desuso, sobretudo se considerarmos a tendência dos mais jovens. Mostrou-se também que no século XVI era o padrão proclítico o padrão dominante, passando, no século seguinte, a ênclise assomar como a posição preferencial. Finalmente, concluímos haver, nas diferentes línguas novilatinas, algumas divergências na colocação dos pronomes clíticos reflexos.

No capítulo que se segue, analisar-se-ão, de modo breve, algumas peculiaridades e diferenças do Português do Brasil e do Português de Moçambique, comparativamente com o Português Europeu.

Acresce juntar que a escolha destas duas variantes do PE dependeu do espaço existente neste estudo para esse tipo de análise e dos resultados de pesquisa que foram significativamente mais elevados para as variantes seleccionadas. Seria, todavia, interessante, proceder a uma abordagem de outras variantes, tais como: o Português de Angola; o Português de São Tomé e Príncipe; o de Macau; o de Timor-Leste; o da Guiné-Bissau e observar ainda as diferenças do Português com o Crioulo Cabo-Verdiano⁴³. Parece assim haver matéria de análise para um aprofundamento deste estudo quanto a esta diversidade.

⁴³ Para uma análise do uso de construções com "se", nas variantes africanas do português, leia-se: Mendes, Amália & Antónia Estrela (2008) Constructions with se in African varieties of Portuguese, in *Phrasis. Studies in Language and Literature*, vol. 49, 2, pp. 83-107.

Capítulo III

Aspectos gerais dos clíticos em Português do Brasil (PB) e em Português de Moçambique (PM)

Ponto 1) breve sinopse do uso do pronome reflexo em (PB)

“Toda a língua apresenta homogeneidade e heterogeneidade. Sobre ela atuam uma força centrífuga de inovação e uma centrípeta de conservação – variedade e unidade lingüística caminham, pois, lado a lado.”

(Averbug 2007: 95)

Na óptica de Lucchesi e Lobo (1996), o aspecto que mais se destaca, no que corresponde à colocação de clíticos, na gramática do PE e na gramática do PB é a colocação pré-verbal do clítico, subvertendo, deste modo, algumas restrições impostas pela estrutura sintáctica da frase existentes em fases passadas da língua portuguesa e algumas das quais se mantiveram até ao presente. (cf. Lucchesi e Lobo (1996:308))

A ocorrência do clítico em posição inicial absoluta é um exemplo inequívoco dessa mudança, como ilustra o exemplo⁴⁴:

81) *Me empreste o seu livro.*

Os mesmos autores indicam ainda que em PB a colocação pós-verbal do clítico, ainda que não esteja completamente dissipada, está circunscrita ao uso de falantes com um nível mais elevado de escolaridade ou de faixa etária mais elevada e, também, a registos mais formais de comunicação. (cf. Lucchesi e Lobo (1996:309))

⁴⁴ Sobre este assunto, consultar também páginas 49 e 50 desta dissertação.

Pereira (2006) acrescenta o facto de haver características que os clíticos dispõem em PE e que em PB deixam de ser propriedades dos mesmos, designadamente, a propriedade de redobro e a da extracção simultânea de clítico. (cf. Pereira (2006:17))⁴⁵

Esta autora junta ainda que, no PB, actualmente, não se utiliza a forma invariável *o* como correlato alternativo para *isso*. O clítico *o*, que poderia ser desdobrado nas formas *lo, la, los, las, e no, na, nos, nas*, desapareceu da gramática brasileira. (cf. Pereira (2006:18 e 19))

Apesar de ser interessante aprofundar as diferenças entre as duas gramáticas em discussão (a do PE e a do PB) relativamente aos pronomes clíticos, daqui em diante, centrar-nos-emos, apenas nas particularidades do PB relativamente ao uso dos pronomes clíticos pseudo-reflexos em contraste com as do PE.

Pereira (2006) indica que a forma fonológica com que surgem os pronomes clíticos é apenas *me, te e se*, o que difere do PE, que conta ainda com *nos e vos*. (cf. Pereira (2006:31)) Isto estará certamente relacionado com o pouco uso de *nós* em detrimento de *a gente* e de *vocês* em desfavor de *vós*.

Esta autora acrescenta que as formas *me, te e se* ocorrem com verbos pronominais: *arrepender-se, esquecer-se, lembrar-se, zangar-se, irritar-se, encasquetar-se, apoquentar-se, basear-se, queixar-se, suicidar-se*; entre outros. (cf. Pereira (2006:33))

Pereira (2006) aponta ainda o facto de que a realização de alguns pronomes clíticos pseudo-reflexos é opcional: “Os clíticos inerentes que apresentam realização opcional são aqueles que ocorrem junto a verbos do tipo *ir, morrer, partir, chegar, passar, rir, sorrir, etc, (...)*” (Pereira 2006:33) Tal situação não é verificável, em PE, conforme poderemos concluir, no capítulo IV. A autora explica também que aos pronomes clíticos pseudo-reflexos de uso opcional se dá o nome de “partículas expletivas” ou “pronomes de realce”. (cf. Pereira (2006:33))

⁴⁵ Características dos clíticos – consultar capítulo II, ponto 2, deste estudo.

Pereira teve por base os critérios definidos por Mateus (2003) (cf. Pereira (2006:17))

Um facto peculiar que Pereira (2006) apresenta em relação ao PB é a possibilidade de *duplicação* do uso do clítico com uma única forma verbal, como nos exemplos:

82) *Me lembrei-me.* . .

83) E não foi essa a primeira vez que a minha irmã se encasquetou-se com esse meu sobrinho.⁴⁶

Apesar da sua peculiaridade, este tipo de realização clítica não é, saliente-se, facilmente encontrado nos bancos de dados do PB⁴⁷. É apenas comum em dialectos do interior e usado por certo grupos populacionais: “No falar do nativo de comunidades pesqueiras de Florianópolis (...) por exemplo, estas realizações são percebidas mais comumente entre pessoas mais velhas e com pouco ou nenhum grau de escolarização.” (Pereira (2003:34))

Esta autora ressalta, ainda, no seu estudo, uma semelhança entre o PE e o PB padrão que também não admite mais do que um clítico por oração. No entanto, em expressões idiomáticas pode ser possível que um verbo seja hospedeiro de dois clíticos. Atentemos no exemplo de uma expressão muito usada pelos gaúchos (sobretudo os mais velhos):

84) * O barco se *me virou*.⁴⁸

Para terminar esta abordagem referente ao PB, em contraste com o PE, referir-se-á um último aspecto. O verbo *apaixonar*, que tal como em PE (na norma padrão), exige o uso do pronome clítico pseudo-reflexo, em alguns dialectos do PB, não é usado como verbo pronominal: “Em alguns dialetos do PB, mais especificamente no sul do Brasil, verbos do tipo *apaixonar* exigem a presença do clítico. Esta obrigatoriedade, no entanto, parece não se aplicar em certos dialetos do Brasil Central e do sudeste, como no dialeto mineiro, por exemplo. A literatura específica sobre cliticização no PB aponta o mineiro como um dos dialetos brasileiros que menos apresentam clíticos.” (Pereira (2006:32 e 33)) Vejamos:

⁴⁶ Exemplos de Pereira (2006:34)

⁴⁷ Cf. bancos consultados por Pereira (2006:14 e 15)

⁴⁸ A frase é, em PE, agramatical, mas podemos estar perante um caso de *dativo ético*.

85) A Maria apaixonou pelo homem errado.

Parece, assim, que os pronomes clíticos não argumentais são os que mais tendem a ser omitidos em PB (sobretudo com certos dialectos). Junta-se o facto de o uso de alguns destes clíticos poder ser opcional, como acima referido.

Também se constata o fenómeno, aparentemente contrário, que é o uso de duplicação de pronomes clíticos pseudo-reflexos não exigidos, em PE.

Estes fenómenos parecem, pois, favorecer a hipótese de que os pronomes clíticos pseudo-reflexos sejam quase afixais.

Como súmula, verificou-se que, na gramática do PB, a colocação pré-verbal do clítico é a mais corrente. Constatou-se também que a forma fonológica com que surgem os pronomes clíticos é apenas *me*, *te* e *se*, divergindo do PE que conta ainda com *nos* e *vos*. Mostrou-se, igualmente, a existência de um facto muito peculiar, em relação, ao PB, ou seja, a possibilidade de *duplicação* do uso do clítico com uma única forma verbal. Salienta-se, contudo, que este facto é de uso não geral/padronizado.

Percebeu-se, finalmente, que, segundo Pereira (2006), os pronomes clíticos não argumentais são os que mais tendem a ser omitidos em PB, (uso opcional) o que favorece a hipótese aqui defendida de que os clíticos pseudo-reflexos funcionem como quase afixos.

Far-se-á, no ponto seguinte, uma abordagem ao Português de Moçambique, apenas no âmbito dos pronomes clíticos pseudo-reflexos.

Ponto 2) breve sinopse do uso do reflexo em (PM)

Moçambique situa-se na zona linguística da família de línguas comumente designadas como *bantu*. (cf. Gonçalves, 1996: 313)

O português – língua oficial – é falado por cerca de 30% da população e é tido para a maioria dos falantes como língua 2. A língua portuguesa é, porém, ainda usada como meio de instrução e comunicação pública.

Como o português é tido como língua 2, o Português de Moçambique (doravante PM⁴⁹) não apresenta a (relativa) estabilidade das variedades europeia ou brasileira.

Analisar-se-ão, com a devida brevidade que este espaço exige, algumas das divergências entre o PE e o PM, no que se refere ao uso dos pronomes clíticos reflexos. Outros contrastes ou ocorrências singulares no PM não serão aqui objecto de análise.

Os padrões de ordem dos clíticos, no PM, são ainda caracterizados por alguma instabilidade, como já acima mencionado. (cf. Gonçalves (1996:317)) Há, pois, de acordo com Gonçalves (1996), casos de mudança da posição dos clíticos em situações em que ocorre um verbo auxiliar, como atestam os exemplos seguintes em próclise relativamente ao 2.º verbo, *dado* e *ter que*:

86) O professor não tinha *nos* dado a aula.

87) Ele vai *me* ter que demonstrar.⁵⁰

A tendência que se apresenta, todavia, de forma mais sistemática refere-se à colocação dos clíticos em posição pós-verbal em orações subordinadas, conforme é perceptível pela frase seguinte:

88) Há pessoas [que opõem-se contra a religião].⁵¹

⁴⁹ O estudo do PM de Gonçalves (1996), a partir do qual se vão expor algumas das diferenças entre o PE e o PM, no âmbito dos clíticos, foi realizado com base em: a) textos extraídos de jornais, revistas e redacções de estudantes universitários; b) textos orais recolhidos através de entrevistas, igualmente realizadas junto de uma população universitária. (cf. Gonçalves (1996: 313)) A linguista procurou analisar os casos que apresentam maior regularidade escrita e oral.

⁵⁰ Cf. Gonçalves (1996:317)

⁵¹ (*op.cit, ibidem*)

O clítico surge em posição pós-verbal (e não pré-verbal, como exigido em subordinação na norma europeia) em situações em que o complementador se encontra realizado lexicalmente. O padrão por que se opta em construções similares à apresentada acima parece, assim, idêntico ao que é escolhido nas frases simples afirmativas, produções em que o clítico ocorre posposto ao verbo.

Gonçalves (1996) adianta ainda que, em PM, os clíticos reflexos argumentais, ou seja, os que surgem com verbos transitivos, como «*lavar*» SN / «*lavar-se*» são utilizados à semelhança da norma europeia. (Gonçalves (1996:317))

Face aos pronomes clíticos pseudo-reflexos, como por exemplo: «*arrepender-se*» ou «*estragar-se*», há, segundo Gonçalves (1996): “(...) uma tendência para a supressão deste tipo de clíticos do PE (...)” (Gonçalves (1996:317))

Observem-se os exemplos seguintes:

89) A tal namorada foi queixar ao pai. (=... queixar-se ao pai)

90) Muitas vezes eu atrasava às aulas. (=... atrasava-me para as aulas)⁵²

Gonçalves (1996) defende que os clíticos pseudo-reflexos não dispõem de papel sintáctico nem semântico e, por isso, são eliminados em PM: “De uma maneira geral, parece legítimo considerar que a supressão deste tipo de clíticos no PM decorre do facto de eles *não estarem claramente associados a um papel sintáctico ou semântico*.” (Gonçalves (1996:318))

A autora reforça a dispensabilidade dos pronomes clíticos pseudo-reflexos com verbos como o do exemplo (89): *queixar* e acrescenta a dos clíticos anticausativos, dando como exemplo (90).

⁵² Existem outros exemplos no *Corpus-Anexo* (exemplo 11, 12, 13) do texto de Gonçalves (1996)

“Como se pode verificar, quer se trate dos chamados clíticos inerentes (usados com verbos com «queixar-se»(...)) ou dos clíticos anticausativos (usados com verbos como «atrasar-se» (...)), em nenhum dos casos a presença destes clíticos, exigida pela norma europeia, se destina a assinalar a existência de uma posição subcategorizada pelos verbos com que ocorrem (ao contrário do que acontece com os clíticos argumentais).” (Gonçalves 1996:318)⁵³

Não obstante, curiosamente, também em PM, surgem frases em que é utilizado um clítico pseudo-reflexo em casos em que não surge em PE:

- 91) O rapaz simpatizou-se com essa moça. (=... simpatizou com essa moça)
- 92) O Fernando preferiu-se de tal rapariga. (=... preferiu tal rapariga)⁵⁴

De acordo com Gonçalves (1996), as frases acima transcritas podem ser interpretadas como assinalando a afectação das entidades que os SNs com função de SU - «o rapaz» e «o Fernando» designam pelas acções descritas pelos verbos «simpatizar» e «preferir». (cf. Gonçalves (1996:318))

Sumariando, verificou-se que os padrões de ordem dos clíticos, no PM, podem ser, de acordo com Gonçalves (1996), caracterizados ainda por alguma instabilidade. No entanto, pôde concluir-se que os clíticos que a autora tem como clíticos reflexos argumentais, ou seja, os que surgem com verbos transitivos (os reflexos verdadeiros) sejam utilizados à semelhança da norma europeia. Já no que diz respeito aos pronomes clíticos pseudo-reflexos, tanto os fenómenos do PB que vimos no ponto anterior, como os do PM, discutidos acima, apontam no sentido do carácter afixal ou quase-afixal deste tipo de pronomes, que, constatámos, tendem a desaparecer. Podem, contudo, surgir, em PM, com certos verbos, mostrando um carácter não argumental, mas assinalando, nesses casos, a afectação ao Sujeito [+humano], como se mostra nos exemplos ((91)-(92)).

⁵³ Cf., também, exemplos do *Corpus-Anexo* (exemplos 14 e 15) do texto de Gonçalves (1996)

⁵⁴ Cf. Gonçalves (1996:318)

Capítulo IV

Inquérito - Pronomes clíticos reflexos inerentes: *me*, *te* e *se*

Ponto 1. Compreensão dos pronomes clíticos reflexos inerentes “me”, “te”, “se”, em PE, através de juízos de gramaticalidade

Neste capítulo, analisar-se-ão os resultados do inquérito efectuado no sentido de se perceber se os falantes de PE sentem a necessidade de inclusão do pronome clítico pseudo-reflexo, assim como da preposição que precede o seu complemento, em produções frásicas com certos verbos reflexos.

Os pontos que serão descritos, a seguir, são: *o dos participantes; o do material; o da metodologia; o dos resultados; a análise destes e conclusões*. Inclui-se ainda um exemplar de inquérito cedido aos participantes.

♦ **Participantes**

Esta amostra contou com 40 participantes, a saber: 30 alunos e 10 professores de uma escola básica integrada que faz parte da rede de escolas do Concelho de Santo Tirso.

Os alunos frequentam o 4.º, 6.º e 9.º ano de escolaridade, (10 de cada um dos anos escolares referidos).

Todos os alunos integram a faixa etária entre os 6-18 anos. Foram inquiridos alunos de ambos os sexos.

Os 10 professores participantes são de áreas de docência distintas do ensino das línguas, no sentido de evitar uma possível adulteração dos resultados pelos seus conhecimentos técnicos.

Foram, então, inquiridos 4 professores da Dimensão Artística; 2 da Dimensão Lógico-Matemática; 2 da Dimensão Naturalista e 2 da Dimensão Identitária⁵⁵.

⁵⁵ A EBI Aves/S. Tomé de Negrelos (escola onde foram efectuados os inquéritos) desenvolve, há mais de 35 anos, um projecto educativo com algumas peculiaridades, entre as quais, o modelo organizacional quer no que corresponde a alunos quer no que se refere a docentes. A noção de Dimensão pode ser traduzida, grosso modo, por Departamento Curricular, termo mais comum, nas outras escolas portuguesas. Assim:

Todos os docentes fazem parte da faixa etária acima dos 25 anos.

Foram inquiridos 23 participantes do sexo masculino e 17 do sexo feminino; 17 dos participantes são naturais de Vila das Aves; 1 é natural de Santo Tirso; 2 são naturais de Rebordões, 1 é natural de Lordelo e os 19 restantes são naturais de outros locais não especificados no inquérito.

Resta acrescentar que todos são falantes de PE como língua materna.

♦ **Material**

Serviram de material de análise para este estudo as opções seleccionadas pelo conjunto dos 40 participantes. O inquérito consistiu, como se verá de seguida, num conjunto de oito pares de frases. Pediu-se aos participantes para assinalarem com uma cruz a frase que entendessem ser, na sua óptica, a frase preferível.

Segue-se um exemplar do inquérito:

-
- Dimensão Artística : Educação Visual e Tecnológica; Introdução às Tecnologias da Informação; Educação Física; Educação Musical e Drama – abarcam todos os anos de escolaridade, nesta escola
 - Dimensão Lógico-Matemática: Matemática – 1.º - 9.º ano de escolaridade;
 - Dimensão Identitária: História e Geografia de Portugal – 5.º- 6.º ano de escolaridade; História – 7.º - 9.º ano de escolaridade;
 - Dimensão Naturalista: Ciências da Natureza – 5.º- 6.º ano de escolaridade; Física e Química; Ciências Naturais e Geografia - 7.º - 9.º ano de escolaridade;



Inquérito

Âmbito: Mestrado em Linguística

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Inquérito da responsabilidade de: mestranda Paula Fonseca

Participação: anónima

Tempo de duração previsto: 10 minutos

Indique os dados seguintes que servem apenas para fins estatísticos:

Sexo: masculino ☐ feminino ☐

Natural de: Vila das Aves ☐ Lordelo ☐ Rebordões ☐ Burgães ☐ Santo Tirso
☐ Outro ☐

Idade: entre 6 -14 ☐ entre 14 -18 ☐ acima de 25 ☐

Profissão/ocupação: aluno ☐ professor ☐

Se respondeu aluno, indique, por favor, o ano de escolaridade:

4.º ano ☐ 6.º ano ☐ 9.º ano ☐

Se respondeu professor, indique, por favor, o grupo disciplinar a que pertence:

Dimensão Identitária (História) ☐ Dimensão Lógico-Matemática ☐

Dimensão Artística ☐

Dimensão Naturalista (Ciências Naturais; Física e Química e Geografia) ☐

Escola: EBI Aves/S. Tomé de Negrelos

Preste atenção às frases seguintes e assinale com um X aquela que usa mais vezes, isto é, a que lhe parece preferível (opte apenas por UMA):

1a) Esqueço-me sempre de desligar o computador. ☐

1b) Esqueço sempre de desligar o computador. ☐

2a) Recordas a tua palavra-chave? ☐

2b) Recordas-te da tua palavra-chave? ☐

3a) Levante-se desse lugar, por favor. ☐

3b) Levante desse lugar, por favor. ☐

4a) Ontem, ri muito da tua anedota. ☐

4b) Ontem, ri-me muito da tua anedota. ☐

5a) Ela apaixonou por ele. ☐

5b) Ela apaixonou-se por ele. ☐

6a) Arrependia sempre que fazia asneiras, em criança. ☐

6b) Arrependia-me sempre que fazia asneiras, em criança. ☐

7a) Eles viam em apuros, naquela altura. ☐

7b) Eles viam-se em apuros, naquela altura. ☐

8a) Lembro-me do meu sonho de infância. ☐

8b) Lembro o meu sonho de infância. ☐

Sou muito grata pela sua participação.

Paula Fonseca – FLUP
(Faculdade de Letras
da Universidade do Porto)

♦ **Metodologia**

Colocou-se como hipótese de estudo perceber se os falantes de PE sentem a necessidade de inclusão do pronome clítico pseudo-reflexo, assim como da preposição que precede o seu complemento, em produções frásicas com certos verbos reflexos.

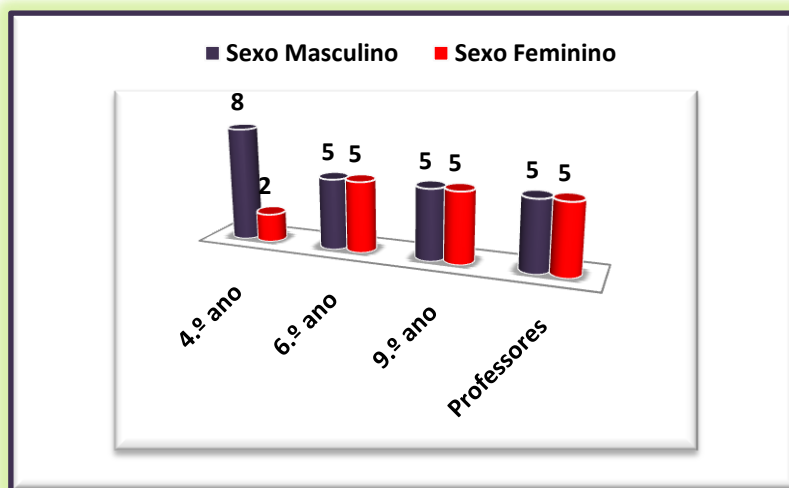
Foram realizados 40 inquéritos, com uma duração prevista de aproximadamente 10 minutos, a 30 estudantes de uma escola do ensino básico. Os alunos frequentam o 4.º, 6.º e 9.º ano de escolaridade, (10 de cada um dos anos escolares referidos). Foram, igualmente, inquiridos 10 professores de áreas de docência distintas do ensino das línguas.

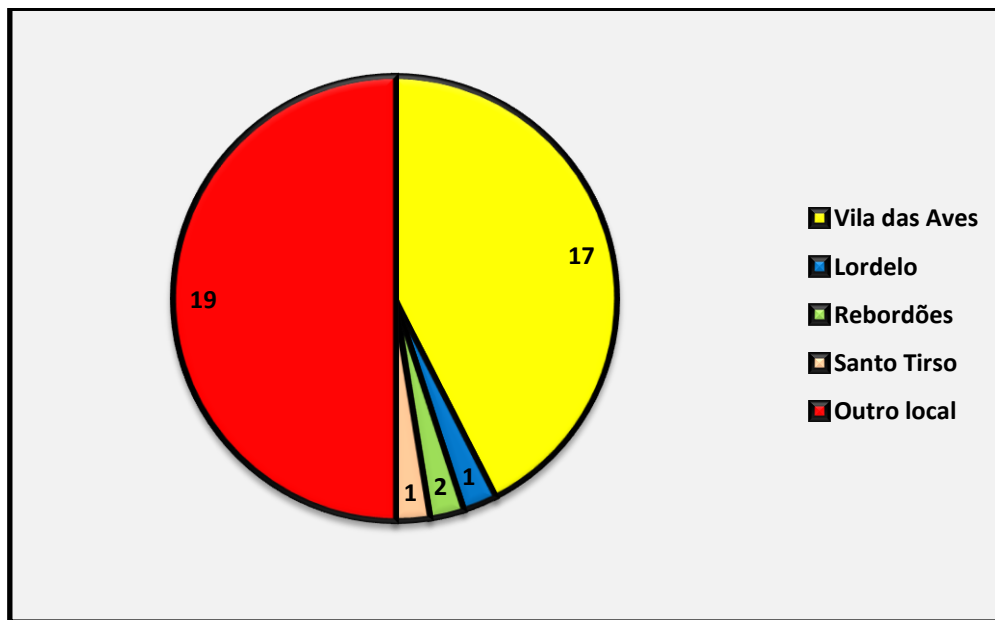
Foi também explicado aos alunos que não se tratava de uma prova com carácter de avaliação, mas de um exercício para fins de investigação.

Na elaboração do inquérito, às frases com os pronomes clíticos pseudo-reflexos não foi sempre atribuída a mesma alínea para não perverter os resultados.

Optou-se pelos pronomes clíticos *me*, *te* e *se* para tornar mais acessível a escolha aos inquiridos do 4.º ano, cujo amadurecimento em termos de conhecimento explícito da língua ainda está em curso.

São, de seguida, apresentados os gráficos e tabelas que serviram de suporte à análise dos dados.

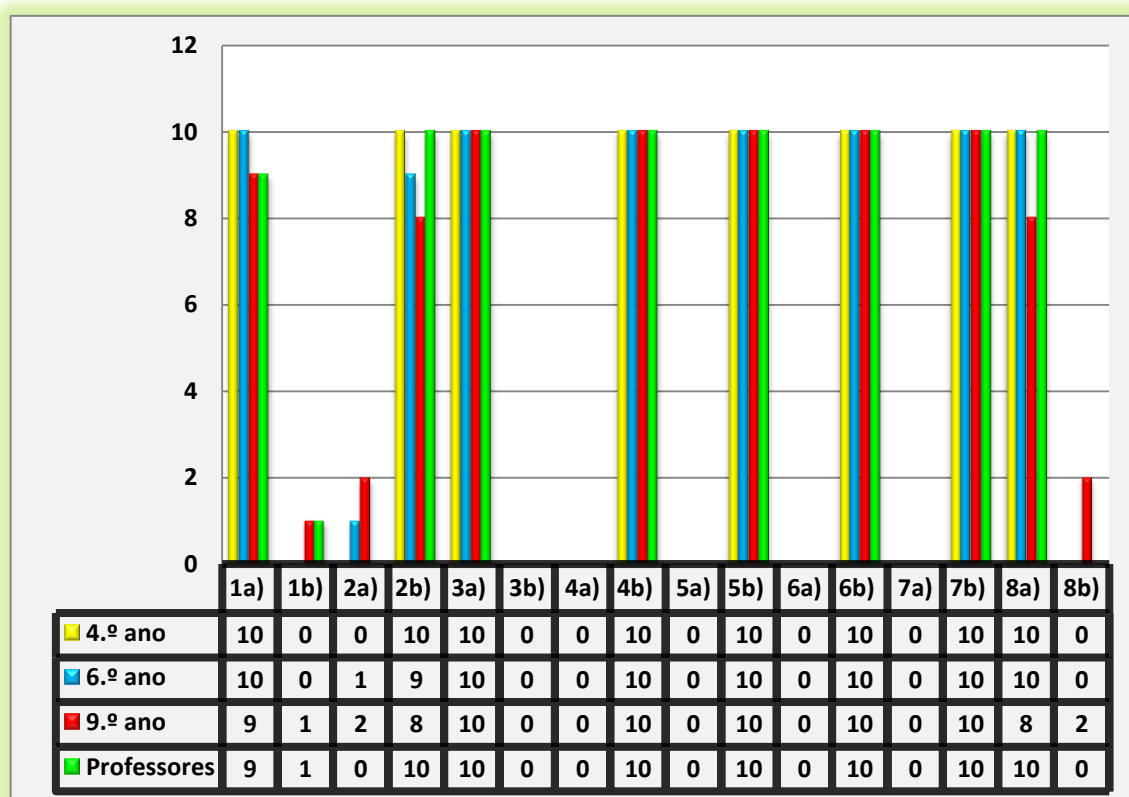
Ponto 2. Apresentação dos resultados e análise**QUADRO 5 - INQUIRIDOS – SEXO: FEMININO/MASCULINO****QUADRO 6 - INQUIRIDOS – ACTIVIDADE OCUPACIONAL**

QUADRO 7 - INQUIRIDOS – NATURALIDADE

Conforme se pode observar nos gráficos apresentados acima, o número de participantes de sexo masculino é ligeiramente superior aos do sexo feminino. Em quarenta inquiridos, 23 são do sexo masculino e 17 do feminino.

Em termos de ocupação, 30 são alunos e 10 são professores.

No que se refere à naturalidade, verifica-se que, num total de 40 participantes, 17 são naturais de Vila das Aves (onde se localiza a escola que serviu para serem efectuados os inquéritos); 1 participante é natural de Lordelo; 1 outro de Santo Tirso; 2 de Rebordões e os 19 participantes restantes são naturais de locais não discriminados neste inquérito.

QUADRO 8**PRONOMES CLÍTICOS INERENTES ME, TE E SE EM EXPERIÊNCIA DE INQUÉRITO**

Relativamente ao 4.º ano de escolaridade, a escolha destes alunos recaiu sobre as alíneas seguintes: 1a); 2b); 3a); 4b); 5b); 6b); 7b) e 8a). Verifica-se, assim, que a totalidade dos alunos optou pelas construções com o pronome clítico pseudo-reflexo. Assim, 100% deste grupo deu preferência a frases nas quais se utiliza o pronome clítico pseudo-reflexo.

No que corresponde ao 6.º ano de escolaridade, a situação é similar. Num universo de 10 inquiridos, 9 seleccionaram sempre as frases com o pronome clítico reflexo inerente.

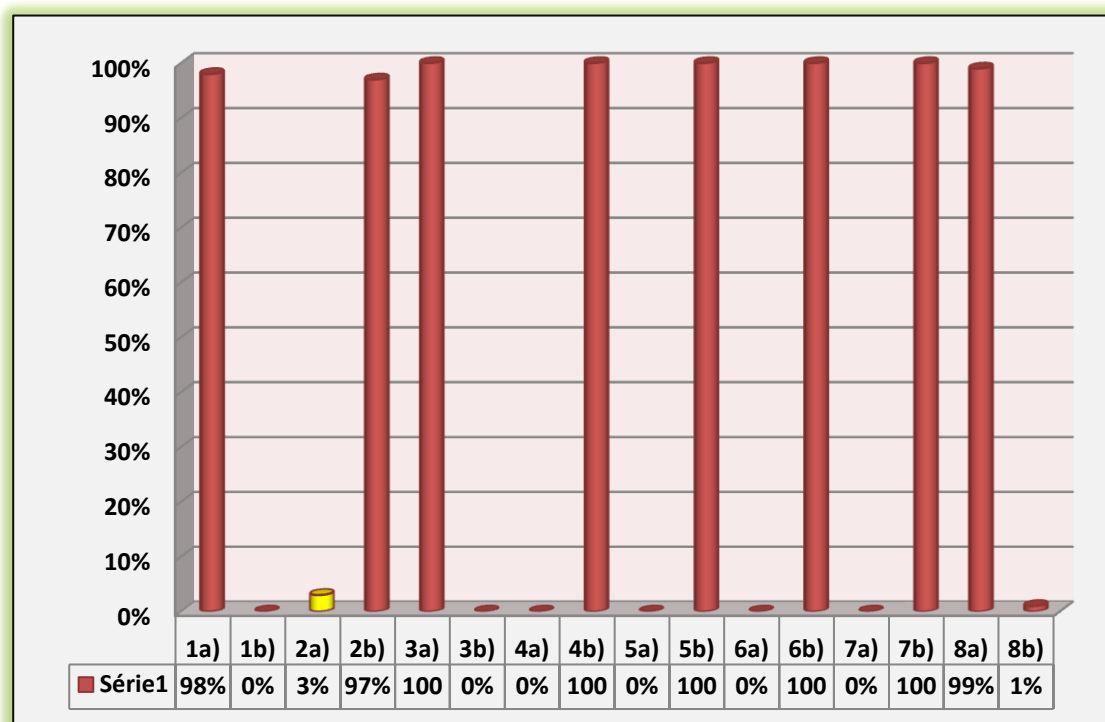
Um único participante seleccionou a resposta 2a), ocorrência em que se verifica a ausência do pronome clítico pseudo-reflexo: *Recordas a tua palavra-chave?* ao invés de: *Recordas-te da tua palavra-chave?* Não obstante, o mesmo participante, preferiu em todas as outras situações frases com a presença do pronome clítico pseudo-reflexo.

Em relação ao grupo de inquiridos do 9.º ano, num conjunto de 10 alunos, a maioria dá preferência às construções com o pronome clítico pseudo-reflexo. Observam-se, todavia, como excepção as seguintes escolhas: 1 aluno, face à 1.ª situação (1a)/1b)), preferiu o uso de: *“Esqueço sempre de desligar o computador.”* (1b); construção sem o pronome clítico pseudo-reflexo; 2 alunos, em 2a)/2b), optaram por: *“Recordas a tua palavra-chave?”*, opção sem a presença do pronome clítico pseudo-reflexo (2a)) e 2 alunos preferiram relativamente à última questão 8a)/8b) a frase sem o pronome clítico pseudo-reflexo: *“Lembro o meu sonho de infância.”* (8b).

Quanto ao grupo de docentes, apenas um participante face à 1.ª opção, seleccionou a produção linguística sem a presença do pronome clítico pseudo-reflexo. No que diz respeito a todas as outras frases, a sua opção recai sobre as construções com o pronome clítico pseudo-reflexo. À excepção deste inquirido, os nove restantes optaram sempre pelas construções com o clítico em estudo.

Em suma, percebe-se que a maioria dos inquiridos não dispensa o uso do pronome clítico pseudo-reflexo.

Atentemos no gráfico seguinte que nos apresenta estes resultados em termos percentuais:

QUADRO 9**ANÁLISE PERCENTUAL DO USO DOS PRONOMES CLÍTICOS INERENTES ME, TE E SE EM EXPERIÊNCIA DE INQUÉRITO****PERCENTAGENS**

Em termos percentuais, verifica-se que, num conjunto de 40 participantes, 100% seleccionou as construções com pronome clítico pseudo-reflexo com os verbos pronominais: *levantar-se* (3a)); *rir-se* (4b)); *apaixonar-se* (5b)); *arrepender-se* (6b)) e *ver-se* (7b)).

No que concerne ao verbo *esquecer* (1a)/1b)), 98% preferiu a frase com o pronome clítico pseudo-reflexo: “*Esqueço-me sempre de desligar o computador*”. (1a)); 2% seleccionou a resposta sem o clítico em análise: “*Esqueço sempre de desligar o computador*.”

No que toca ao verbo *recordar*, (2a)/2b)), 97% optou pela construção com o pronome clítico pseudo-reflexo: *Recordas-te da tua palavra-chave?*; 3.% deu preferência à frase sem o pronome clítico pseudo-reflexo.

Face ao verbo *lembrar* (8a)/8b)), 99% escolheu as frases com o pronome clítico pseudo-reflexo: “*Lembro-me do meu sonho de infância.*” (8a)) e 1% seleccionou a construção sem esse clítico: “*Lembro o meu sonho de infância.*” (8b)).

Ponto 3. Conclusões sobre o inquérito

Os resultados mostram que 100% seleccionou as construções com pronome clítico pseudo-reflexo com os verbos pronominais: *levantar-se* (3a); *rir-se* (4b)); *apaixonar-se* (5b)); *arrepender-se* (6b)) e *ver-se* (7b)).

Já com os verbos *esquecer*, *recordar* e *lembrar* 98%, 97% e 99%, respectivamente, optaram pela construção com o pronome clítico pseudo-reflexo, enquanto os restantes preferiram dispensar o clítico em análise.

Do acima exposto, se depreende que os falantes preferem efectivamente construções em que se utiliza o pronome clítico pseudo-reflexo, à excepção dos verbos *esquecer*, *recordar* e *lembrar*, os quais suscitaram a dispensa do clítico e da preposição, mas apenas para um número ínfimo de participantes. Curiosamente, estes são verbos de experiência psicológica.

Ainda que apenas uma pequena franja de inquiridos tenha votado preferencialmente em construções sem o pronome clítico pseudo-reflexo, surge como necessária alguma reflexão. Assim, é possível que estes verbos estejam a perder o pronome clítico pseudo-reflexo e a preposição que lhe estaria ligada. Recorde-se que, em PE, são agramaticais os exemplos:

- 93) *Recordas da tua palavra-chave.
- 94) *Lembro do meu sonho de infância.
- 95) * Recordas-te a tua palavra-chave.
- 96) *Lembras-te o teu sonho de infância.

Quanto ao verbo *esquecer*, a frase:

- 97) Esqueço sempre de desligar o computador.

embora possa ser sentida como não aceitável por alguns falantes, foi seleccionada por um aluno do 9.º ano e um professor. Podemos, não obstante a reduzida escolha dos participantes, estar numa zona de mudança relativamente a este verbo que, apesar da ocorrência do pronome, mantém a preposição.

Recorde-se também que a situação de desuso da Prep e, globalmente, a perda de pronominalização com verbos como: *lembrar*, *recordar*, e *rir*, entre outros, é visível sobretudo em PB. (cf. capítulo III, ponto 1)

Em síntese, através estudo, que, recorde-se, foi apenas um inquérito de juízos de gramaticalidade, pode concluir-se que os falantes de PE continuam a seleccionar certos verbos com os pronomes clíticos pseudo-reflexos e o complemento preposicional respectivo. Seria importante completar este estudo com dados de produção, que não tivemos ocasião de realizar.

Capítulo V

Uma proposta acerca dos verbos reflexos inerentes

Ponto 1. Pronomes clíticos reflexos: aspectos sintácticos e temáticos – breve análise

Já vimos, nos capítulos anteriores, que os clíticos participam de modo diferente na estrutura argumental dos verbos. Uma das propostas mais importantes quanto a este aspecto é a de Cinque (1995) que desenvolve a ideia de que nem todos os clíticos são iguais.

De acordo com Cinque (1995) o *si* - *se* impessoal - absorve o Caso Nominativo, permitindo, ainda assim, ao verbo a hipótese de atribuir Caso Acusativo, tal como demonstram os exemplos seguintes: (cf. Cinque (1995:164))

98) a) Qui, si mangia spesso gli spaghetti.

98) b) Aqui, come-se regularmente esparguete. (em PE)

Nas situações em que o Caso Acusativo é absorvido, o SN objecto terá de ser Sujeito de modo a lhe ser atribuído Caso Nominativo, o que acontece com o *se* passivo:

99) As massas comem-se bem.

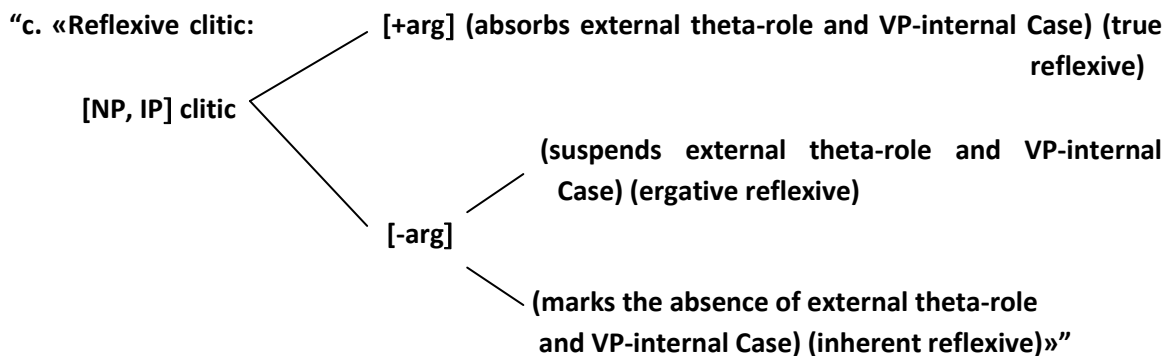
De acordo com a generalização de Burzio (1981)⁵⁶, verificamos que somente os verbos que podem atribuir um papel temático ao Sujeito poderão atribuir caso Acusativo ao objecto: “According to this generalization «all and only the verbs that can assign theta-role to the subject can assign (Accusative) case to an object».” (cf. Cinque (1995:165-166))

⁵⁶ Cf. Burzio (1981: cap. 3; 1986: secção 3.1)

Cinque (1995) defende que os pronomes clíticos reflexos (os verdadeiros), nos quais inclui o pronome italiano *si*, desempenham o papel de argumento externo: “A difference between *si* and passive morphology remains, but it is peripheral. *Si*, as an argument, must retain the external theta-role that it «absorbs», whereas passive morphology need not, if it is not an argument.” (Cinque (1995:131-2))

Neste seguimento, o mesmo autor assume que não só o pronome *si*, mas também os clíticos reflexos com possibilidade de redobro apresentam a hipótese de serem ou não serem argumentais: “The fact that it can be either plus or minus argument is not a property peculiar just to *si*. In the literature, it is in fact suggested that other clitics have this option. For instance, clitics entering the so-called “Clitic Doubling” construction (...) More interestingly, it has been suggested (see Burzio 1981, 1986; and Haider 1985 for German) that reflexive clitics display the same option.” (Cinque (1995:189))

Com base em Kayne (1986a), Cinque (1995) apresenta o seguinte esquema:



(retirado de Cinque (1995:190))

No esquema apresentado, somente os clíticos reflexos *verdadeiros* podem absorver o papel temático de argumento externo; em construções com os pronomes clíticos pseudo-reflexos não há papel temático nem Caso atribuído pelo V.

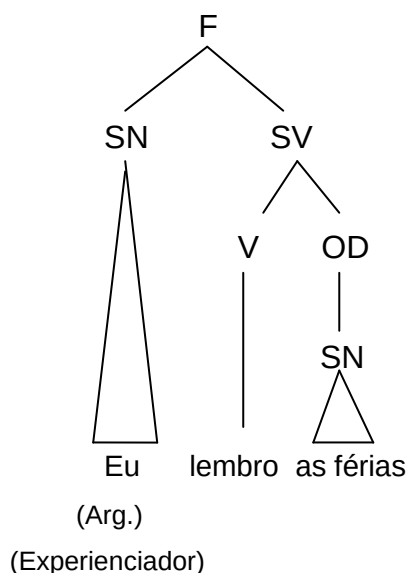
Atentemos, agora, nas diferenças das frases seguintes:

100) (a) Eu lembro as férias.

100) (b) Eu lembro-**me** das férias.

Na estrutura sintáctica simplificada que, a seguir se apresenta, note-se que a existência de um SN OD força a natureza argumental do complemento do V:

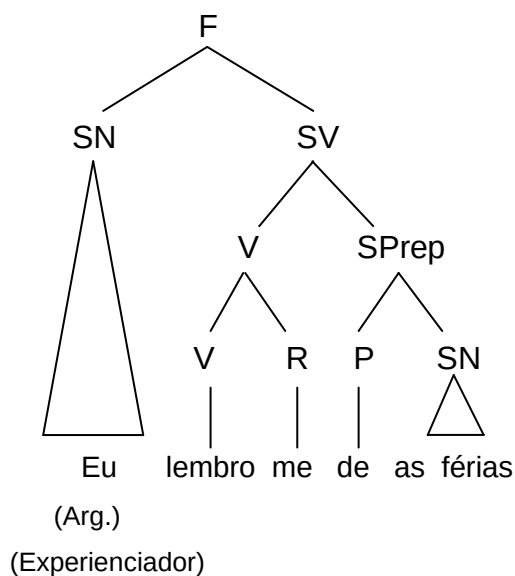
100a) Eu lembro as férias.



Em (100a)), encontramos, então, dois argumentos: Sujeito (SU) *Eu* e o Objecto Directo (OD) *as férias*.

Pelo contrário, em (100b)), não existe um SN OD, mas existem, ainda assim, dois argumentos:

100b) Eu lembro-**me** das férias.



Há dois argumentos em (100b)), ainda que o segundo argumento não seja um OD. Existem, note-se, o Sujeito (SU) *Eu* e o complemento preposicional *de* + SN - exigido pelo verbo. O SPrep é também argumento do V. Isto significa que, no segundo exemplo, o verbo *lembrar* perdeu a sua potencialidade transitiva, dado requerer um SPrep e não um SN OD, como acontece em (100a)). O pronome clítico pseudo-reflexo *me* assume uma função quase afixal. Ele não detêm o papel de argumento interno, pois não surge como complemento do verbo e também não desempenha o papel de argumento externo, uma vez que o argumento externo é algo que não faz parte do nó do sintagma verbal. Verifica-se que os pronomes clíticos pseudo-reflexos estão inequivocamente inseridos no sintagma verbal.

Em síntese, a presença do complemento preposicional está em estreita ligação com o uso do pronome clítico pseudo-reflexo, havendo ainda consequente destransitivização do verbo, no sentido em que este não selecciona um SN OD. O SPrep ocorre como complemento do V. Constata-se que, em PE, surge como agramatical a frase:

101) *Eu lembro das férias.

Para alguns falantes, começa a ser aceitável, a construção sem o pronome clítico pseudo-reflexo e sem a preposição *de*:

102) Eu lembro as férias.

Recorde-se que o inquérito mostra, porém, que tal é ainda residual.

Ponto 2. Síntese dos comportamentos dos pronomes clíticos pseudo-reflexos

O estudo dos clíticos está associado a um domínio fascinante para os linguistas, sendo múltiplas as hipóteses de investigação neste campo. O estudo sobre os verbos reflexos, por seu turno, abarca as relações dos clíticos com o verbo, com o léxico e com a semântica.

Optou-se, neste trabalho, por evidenciar uma possível ligação entre os complementos preposicionais que regem certos verbos pseudo-reflexos e os clíticos que os acompanham, em PE. A presente investigação restringiu-se a um único tipo de clíticos utilizados nas construções com verbos reflexos: os pronomes clíticos pseudo-reflexos, também designados de pronomes clíticos reflexos inerentes e ainda de falsos reflexos.

Apesar de os verbos reflexos, bem como a cliticização inerente, já terem sido sobejamente estudados e de potenciarem análises diversas, há ainda fenómenos que podem ser explorados. Quanto mais se aprofunda o tema, mais se percebe que subsiste espaço para investigação.

Vamos, então, rever as principais propriedades dos pronomes clíticos pseudo-reflexos:

i) os pronomes clíticos pseudo-reflexos, em PE, não são substituíveis pela paráfrase: *a si mesmo/próprio* ou por outras de sentido equivalente, utilizadas em conformidade com o pronome pessoal.⁵⁷

ii) não há, aparentemente, facto algum que pareça obrigar ao uso deste tipo de clítico, uma vez que não lhes é atribuída nenhuma relação temática ou semântica. São, por isso, chamados de pseudo-reflexos ou reflexos inerentes e ainda de falsos reflexos.

⁵⁷ Cf., entre outros, Brito (2003); Cunha e Cintra (1992), Matos (2003) e Otero (1999);

iii) como não lhes é atribuída nenhuma relação temática ou semântica, são não argumentais;

iv) surgem sempre acompanhados de complementos preposicionais;

v) são anáforas sintáticas;

vi) são acompanhados quer de verbos inacusativos quer de verbos inergativos e ainda por aqueles que adquirem propriedades de inacusatividade, como: *quebrar-se*, *queimar-se* etc..

A similitude entre verbos pseudo-reflexos com verbos reflexos verdadeiros é, portanto, enganadora.

Há, perante tudo isto, várias posições teóricas, como já se disse antes. Cinque (1988) sustenta que existe uma diferença entre os verdadeiros reflexos que são, na sua visão argumentais e os pseudo-reflexos, que não são, na sua perspectiva, argumentais. Também Matos (2003) considera que os pronomes clíticos reflexos verdadeiros possam ter o papel temático de argumento. Difere de Cinque (1995), todavia, na medida em que vê os clíticos reflexos (os verdadeiros) como detendo o papel de argumento interno, pela sua possibilidade de redobro. A expressão redobrada ocupa para Matos, aparentemente, a posição de argumento interno. (cf. Matos (2003:835)) Cinque (1995) atribui, por seu turno, o papel de argumento externo aos pronomes clíticos reflexos verdadeiros.

Apesar do antedito, no que se refere especificamente aos clíticos pseudo-reflexos, ambos os autores estão de acordo, uma vez que quer um quer o outro considera este tipo de clíticos como não argumentais.⁵⁸

⁵⁸ Cf. para Cinque (1995) pág. 75 deste estudo.

Em relação a Matos (2003), podemos inferir que a autora não veja os clíticos pseudo-reflexos como argumentais, dado que para estes não há possibilidade de Redobro, situação que apresenta como *sine qua non* para a argumentalidade dos clíticos verdadeiros: Na óptica de Matos (2003), os clíticos pseudo-reflexos não podem ser redobrados: “O clítico inerente não afecta a estrutura argumental do predicador verbal, não pode ser redobrado (...) e, consoante os verbos, ocorre opcional ou obrigatoriamente.” (Matos (2003:844)). Atendamos nem alguns exemplos utilizados pela autora:

29) (a) *A Maria apaixonou-se a si própria/a si mesma/por si própria/por si mesma por aquele homem encantador.

29) (b) *Tu zangas-te a ti próprio/a ti mesmo/por ti próprio/por ti mesmo sem saber porquê.

Reinhart (2000), que também estuda este assunto, considera que existem, globalmente, duas teorias acerca dos Vs pseudo-reflexos:

- a) o papel temático externo ou é absorvido ou não está presente;
- b) o clítico inerente realiza o papel de argumento externo. (Reinhart 2000:12)⁵⁹

A mesma autora entende que quer na teoria a) quer na teoria b) (descritas acima), se considera que o verbo pseudo-reflexo pede sempre um argumento. Não se contesta esta visão de selecção de argumento, neste estudo, na medida em que se defende que o verbo pseudo-reflexo efectivamente selecciona um argumento que, aqui se considera, diferentemente de outros autores, ser preenchido pela presença do SPrep⁶⁰. O SPrep preenche, neste estudo, os requisitos de selecção semântica do verbo. Ele funciona como argumento interno, fazendo parte da grelha de subcategorização do verbo. Os pronomes clíticos pseudo-reflexos surgem, deste modo, estreitamente ligados aos complementos preposicionais, funcionando quase como afixos.

Note-se que, neste estudo, se sustenta que os pronomes clíticos pseudo-reflexos não detêm nem o papel de argumento externo nem de argumento interno. Não são argumentais, como acima se referiu.⁶¹ Percebe-se que não detêm o papel de argumento interno, pois não surgem como complemento (preenchido pelo SPrep) e também não detêm o papel de argumento externo, uma vez que se considera argumento externo como algo que não faz parte do nó do sintagma verbal. Os pronomes clíticos pseudo-reflexos, sabemos, fazem parte do SV.

⁵⁹ “Regarding execution, there are two schools: In one, the external Θ -role is absorbed by the lexicon, or is otherwise not there (Grimshaw, Bouchard, Marantz). In the other, the reflexive clitic itself realizes the external argument (Kayne, Pesetsky, Sportiche).” (Reinhart 2000:12)

⁶⁰ Reinhart (2000) vê o pronome clítico com o papel temático de argumento externo, apenas nas línguas Romance: “Reinhart and Siloni argue that a reduction operation can take place either in the lexicon, or in the syntax. In Hebrew, Dutch and English (my samples systems here), it is a lexicon operation, but when a clitic is available to absorb a Theta role (or case) as in Romance-languages, it is a syntactic operation.” (cf. Reinhart (2000:13))

O pronome clítico pseudo-reflexo é tido no presente estudo, quase como afixo, porém com consequência sintáticas. Não se lhe atribui, todavia, papel de argumento nem interno nem externo.

⁶¹ Consultar página 78 deste estudo.

Em síntese, constata-se que há certos verbos pronominais que requerem a presença de determinados complementos preposicionais os quais estão estreitamente ligados aos pronomes clíticos pseudo-reflexos.

Parece, então, haver uma interligação quase intrínseca entre os verbos a utilizar, os respectivos complementos preposicionais e a presença dos pronomes clíticos pseudo-reflexos.

Junta-se o facto de existir ainda, em todo este processo, a detransitivização do verbo, no sentido em que o V perde o Objecto Directo, na maioria dos casos (o que não significa que seja sempre) e selecciona um SPrep.

Para além disso, em PB e em PM confirmou-se a fragilidade deste tipo de pronome, que se poderá dever ao seu valor quase afixal.

Serão enunciados, no próximo ponto, quais os verbos pronominais que, na perspectiva enunciada, nesta dissertação, se fazem acompanhar de clíticos pseudo-reflexos, em PE, bem como a respectiva preposição que integra o sintagma verbal.

Ponto 2. Verbos pseudo-reflexos e respectivos complementos preposicionais

Far-se-á, seguidamente, referência aos verbos pseudo-reflexos que são regidos pelas seguintes preposições *de* e *com* e que se interligam com os pronomes clíticos pseudo-reflexos, não dispensando o uso destes nas construções, conforme se tem vindo a defender, neste estudo.

Optou-se pela apresentação do uso dos verbos no infinitivo, uma vez que não é relevante, neste caso, observar a aplicação dos tempos verbais.

Sempre que necessário, proceder-se-á a uma explicação de índole sintáctico-semântica para justificar a inclusão e/ou exclusão de determinados verbos.

Não se irá esgotar a lista possível de verbos pseudo-reflexos, na medida em que a amostra que se segue será suficiente para se perceber o objectivo do estudo.

- **No quadro numerado como 10**, analisa-se o SPrep com a preposição: ***de***;

Os verbos pseudo-reflexos são:

- verbos de experiência psicológica; verbos possessivos/indicadores de posse; verbos indicadores de movimento físico; verbos simétricos

- **No quadro numerado como 11**, analisa-se o SPrep com a preposição: ***com***;

Os verbos pseudo-reflexos são:

- verbos de abstracção/acção mental/física; verbos emotivos e verbos simétricos

QUADRO 10 – PREPOSIÇÃO *DE*

	PREPOSIÇÃO: <i>DE</i> ...
VERBOS: EXPERIÊNCIA PSICOLÓGICA; ⁶²	Lembrar-se de; Recordar-se de; Esquecer-se de; Olvidar-se de; Aperceber-se de; Despedir-se de; Cansar-se de; Fartar-se de; Rir-se de; Chorar-se de ⁶³ *SORRIR-SE POR/PARA
VERBOS POSSESSIVOS OU INDICADORES DE POSSE	Apoderar-se de; Apropriar-se de; Assegurar-se de; Utilizar-se de; Aproveitar-se de
VERBOS INDICADORES DE MOVIMENTO FÍSICO	Levantar-se de; Erguer-se de; Afastar-se de; Aproximar-se de; Retirar-se de
VERBOS SIMÉTRICOS	Divorciar-se de; Separar-se de

⁶² Excluem-se os **volitivos** e os **optativos**

⁶³ Há uma mudança de significado quando se utiliza o verbo *chorar* com um clítico reflexo. Neste caso, *chorar* significa: queixar-se, lastimar-se chorando.
(cf. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Online - <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx>)

ou emitir queixas ou lamúrias (em geral com lágrimas); lastimar(-se), carpir(-se)
(cf. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa)

É importante juntar que utilizando a variante transitiva de alguns verbos, há mudança de significação em relação ao uso pronominal:

Abri a janela.
Abri-me com a minha melhor amiga.

Com certos verbos que denotam experiências psicológicas, como por exemplo: “amar-me”; “adorar-me”; “odiar-me”, “detestar-me”; “abominar-me” (menos usual), é possível aplicar a paráfrase: *a mim mesmo/a mim próprio*, o que dizer que são verbos que, enquanto pronominais, ocorrem com pronome clítico reflexo verdadeiro e não o pseudo-reflexo.

- 103) Adorei-*me*, nesse momento.
- 104) Amei-*me* um pouco, nessa fase da vida.
- 105) Detestei-*me* por agir de forma tão patética.
- 106) Odiei-*me*, nesse trecho do filme.

Relativamente ao verbo *sorrir*, este verbo é pseudo-reflexo somente quando significa:

1. rir sem gargalhada, fazendo apenas um pequeno movimento com os lábios;
2. deixar escapar um sorriso.⁶⁴

- 107) Sorri-*me* para ele durante alguns segundos.
- 108) Ela sorriu-se timidamente.
- 109) Eles sorriram-se com o acontecido.

Assim, o verbo *sorrir* surge com um pronome clítico pseudo-reflexo quando é semanticamente próximo do verbo *rir*.

Atentemos, seguidamente, no quadro 11, no qual estão identificados os verbos pseudo-reflexos que surgem acompanhados do complemento preposicional *com*.

⁶⁴ (cf. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Online - <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx>)

ou:

(cf. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa)

QUADRO 11 – PREPOSIÇÃO *COM*

PREPOSIÇÃO <i>COM</i>	
VERBOS DE ABSTRACÇÃO/ ACÇÃO MENTAL E FÍSICA* ⁶⁵	Preocupar-se com; Debater-se com; Atrofiar-se com; Enfadar-se com; Estafar-se com; Fatigar-se com; Moer-se com; Enganar-se com; Admirar-se com; Absorver-se com; Abstrair-se com; Concentrar-se com/em; Mentalizar-se com/em; Prevenir-se com/em;
VERBOS EMOTIVOS	Enervar-se com; Alarmar-se com; Desassossegar-se com; Inquietar-se com; Chatear-se com; Zangar-se com; Enfurecer-se com; Irritar-se com; <i>Passar-se com</i>; Aborrecer-se com; Ensimesmar-se com; Indignar-se com; Exceder-se com; Alegrar-se com; Divertir-se com; Deliciar-se com; Deleitar-se com; Entristecer-se com; Orgulhar-se com/a/em/por/de; Humilhar-se com/a/em/por; Impressionar-se com; Antagonizar-se com/a/em/por
VERBOS SIMÉTRICOS	Casar-se com Parecer-se com⁶⁶

⁶⁵ Atentemos sobre as seguintes diferenças:

- o verbo *trabalhar* pode ser regido da preposição *com*, mas enquanto verbo transitivo não é um verbo de abstracção ou de actividade mental.

- o verbo *cismar*, também pode ser regido da preposição *com*; é um verbo de actividade mental. Este pode, todavia, ser transitivo e intransitivo, enquanto os verbos em análise não podem; são exclusivamente transitivos quando não pronominais.

Ainda em relação ao verbo *trabalhar*, analisemos a frase:

A farinha trabalha-se com a manteiga.

Este é um exemplo de *se-ergativo*.

⁶⁶ Parecer-se com (no sentido físico)

Ponto 3) Conclusões finais

No decurso deste estudo, procurou-se responder às questões seguintes:

- O que são verbos reflexos?
- O que é um pronome clítico pseudo-reflexo (também chamado de inerente e ainda de falso reflexo)?
- Sente-se, presentemente, em PE, alguma tendência de mudança em relação ao uso destes clíticos?
- Com que tipo de verbos surgem?
- Qual a função sintáctica dos pronomes clíticos reflexos?
- Haverá *destransitivização* com a inclusão na frase do pronome clítico pseudo-reflexo?
- Os pronomes clíticos reflexos inerentes são argumentais ou não argumentais?

Na sequência do entendimento tradicional, percebemos que verbos reflexos são verbos em que a acção recai sobre o agente, ele próprio. Como exemplos, temos verbos como *magoar*, *pentear*, *lavar*, etc. Sendo estes verbos transitivos, eles podem ter uma forma reflexa, quando Agente e Paciente desempenham uma e a mesma pessoa. Já outros verbos, como *arrepender-se*; *lembrar-se*; *esquecer-se*; *rir-se*, entre outros, ainda que sejam verbos pronominais, são verbos tidos como falsos reflexos. Não há agentividade; não se pode aplicar a paráfrase: *a mim próprio/mesmo*; *a si próprio/mesmo* e outras paráfrases de sentido equivalente, isto entre outras propriedades em falta.

Pode concluir-se, então, que quando há um uso reflexivo verdadeiro do verbo, a acção recai, efectivamente, sobre o Agente. Por outro lado, quando tal não ocorre, o verbo usado na construção será um falso reflexo ou pseudo-reflexo. É o que acontece em (110a) e 110b):

110) (a) A Maria penteou-se antes de sair de casa.

110) (b) A Maria esqueceu-se das compras no supermercado.

Quando os pronomes clíticos *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos* se fazem acompanhar de verbos reflexos verdadeiros, eles têm papel temático de Paciente e a função sintáctica a de Objecto Directo (em alguns casos de Objecto Indirecto),⁶⁷ sendo esse o verdadeiro argumento do Verbo.

Quando os pronomes clíticos *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos* se fazem acompanhar de verbos reflexos falsos, como: *equivocar-se*; *recordar-se*; *arrepender-se* (etc) são, geralmente, reflexos tidos como inerentes, não argumentais, e a sua presença está estreitamente ligada ao uso de um Sprep, tendo este o papel temático de argumento interno. Quanto ao facto de haver *destransitivização*, tal deve ser entendido apenas nas construções em que na base haveria um verbo transitivo. Observe-se:

111) (a) Eu lembro as férias.

111) (b) Eu lembro-*me* das férias.

Em relação a alguns verbos, como *lembrar* parece, assim, haver duas hipóteses, uma em que o V se mantém como transitivo, tal como ocorre em (111a)) e a hipótese mais padronizada, em que há um reflexo inerente e um complemento preposicional (111b)).

A destransitivização só se opera no sentido em que o V deixa de ter um SN OD, para passar a ter um Sprep SN.

⁶⁷ Cf. Brito (2003) (página 35 deste estudo)

Percebemos, assim, que o pronome clítico pseudo-reflexo surge estreitamente ligado ao SPrep e que funciona quase como um afixo.⁶⁸

Não tem, contudo, de haver sempre na base, um verbo transitivo:

112) Sorri-*me* enquanto caminhava.

Em (112) não há destransitivização, uma vez que *sorrir* não é nunca um verbo transitivo, mas sim um verbo inergativo. No entanto, o facto de o V ter um complemento preposicional faz dele um verbo transitivo indirecto, como nos casos acima referidos.

Verificou-se também através da experiência de inquérito que a ocorrência destes pronomes clíticos pseudo-reflexos (*me*, *te* e *se*) com certos verbos pronominais continua a ser sentida como necessária, em PE, pela maioria.

Em síntese, vimos que os pronomes clíticos pseudo-reflexos estão estreitamente ligados aos Sprep *de* + SN e *com* + SN. O SPrep é o argumento interno dos Vs em causa e o pronome clítico pseudo-reflexo não é argumental, funcionando quase como afixo. O pronome clítico pseudo-reflexo não detém o papel de argumento interno, pois não surge como complemento e também não desempenha o papel de argumento externo, na medida em que integra o SV.

A destransitivização ocorre, no sentido em que os verbos deixam de seleccionar um SN com a função de Objecto Directo para seleccionarem o SN com a função complemento preposicional.

Para concluir, reitera-se o facto de a cliticização ser um tema muito abrangente e complexo, sendo possível que eu o venha a aprofundar a partir dos dados que procurei mostrar, neste estudo.

⁶⁸ Cf. Brito (2003) (página 14 deste estudo)

Referências bibliográficas:

- **AVERBUG, M. C. G. (2007).** “Variedade lingüística nas escolas brasileiras: pronome nominativo, acusativo e dativo”. In: *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2007, pp. 95-110
- **BARBOSA, J. S. (1830).** *Grammatica Philosophica da Lingua Portugeza ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 2.^a edição, com licença de Sua Magestade, pp. 48-50; 191 – 244; 257-263
- **BARROS, J. de (1540).** *Grammatica da lingua portuguesa* / [João de Barros]. - Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum.
<http://purl.pt/12148>
Disponível na web em:
<http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2009/10/grammatica-da-lingua-portuguesa-joao-de.html>
(último acesso: 25.09.10)
- **BRITO, A. M. (1991).** “Ligação, co-referência e o Princípio Evitar pronome”. In: BRITO, Ana Maria (org.) (1991). *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*. Associação Portuguesa de Linguística, pp. 101 – 121
- _____ **(2003).** «Tipologia e distribuição das expressões nominais». In: M. H. MATEUS *et al* (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho (Coleção Universitária, Série Linguística), 7.^a edição, capítulo 20, pp. 797-826
- **BUESCU, M. L. C. (1971)** *Reprodução Facsimilada, Leitura, Introdução e Anotações de Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha de João de Barros*, Lisboa: publicações da FLUL.

- **BÜHLER, K. (1934).** *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Jena, Fischer. [Reimpresso, em 1965, por Fischer, em Estugarda.]
- **BURZIO, L. (1981).** “Intransitive verbs and Italian auxiliaries”. Ph. D. dissertation, MIT.
- **CHOMSKY, N. (1981).** *Lectures on Government and Binding*. Foris Publications, Dordrecht.
- **CHOUPINA, GUEDES & BRITO (2010).** “Da Linguística ao ensino: as noções de verbo transitivo, intransitivo e ditransitivo”. *2º Encontro “A Linguística na Formação dos Professores de Português”*, 12 e 13 de Julho de 2010, FLUP
- **COSTA, J. & M. LOBO (2005).** “A aquisição de clíticos em PE: omissão de clíticos ou objecto nulo?”. In: *Actas do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2006, pp.285-293
Disponível na web em:
<http://www.apl.org.pt/docs/actas-21-encontro-apl-2005.pdf>
(último acesso em 25.09.10)
- **CINQUE, G. (1988).** “On *si* constructions and the theory of arb”. *Linguistic Inquiry* 19. 521-81.
- _____ (1995). *Italian syntax and Universal Grammar*. Cambridge, Cambridge studies in Linguistics, pp. 121 – 198
- **CUNHA, C. & L. CINTRA (1992).** «Pronomes reflexivos e recíprocos». In: CELSO, Cunha e CINTRA, Lindley 1992. *Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, 9.ª edição, Edições João Sá da Costa, capítulo 11, pp. 281-283
- **DUARTE, I. & G. MATOS (1994).** “A Colocação Dos Clíticos em Português Europeu e a Hipótese Minimalista”. In: *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Évora, APL, 1994, pp. 177-192

Disponível na web em:

<http://www.apl.org.pt/docs/actas-10-encontro-apl-1994.pdf>

(último acesso em 25.09.10)

- _____ (2000). “Romance Clitics and the Minimalist Program”. In: Costa, J. (org.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford university Press, pp. 116-142
- **DUARTE, I. (2003)**. «Tipologia e distribuição das expressões nominais». In: M. H. MATEUS *et al* (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho (Coleção Universitária, Série Linguística), 7.^a edição, capítulo 20, pp. 847-867
- **ELISEU, A. (2008)**. *Sintaxe do Português Europeu*. Lisboa, Editorial Caminho, SA, Coleção O Essencial sobre Língua Portuguesa
- **GONÇALVES, P. (1996)**. “Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique”. In: Faria *et al.*(org) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, 2.^o edição, Caminho Coleção Universitária Série Linguística, capítulo 6, pp. 313 – 322
- **GRIMSHAW, J. (1982)**. “On the lexical Representation of Romance Reflexive Clitics”. In Bresnan (org.): 87-149
- _____ (1990). *Argument Structure*, Cambridge, Mass : The MIT Press
- **KAISER, G. A. (1996)**. “A evolução dos pronomes clíticos no Português Europeu em comparação com os pronomes clíticos em outras línguas românicas”. In: PADILLA *et al* (eds.) *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*, VOL. 3, Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de las Palmas de Gran Canaria Servicio de Publicaciones (1999), pp. 1933-1943

Disponível na web em:

http://ling.uni-konstanz.de/pages/home/kaiser/files/Kaiser1999_Evolucao.pdf

(último acesso 25.09.10)

- **KAYNE, R. (1975).** *French Syntax: The transformational cycle*. Cambridge, Mass. : MIT Press
- _____ **(1986a).** “Connexité et inversion du sujet”. In M. Ronat and D. Couquaux (eds.) *La Grammaire modulaire*. Paris, Editions de Minuit, pp. 127-47
- **LANGACKER, R.W. (1969).** “On Pronominalization and the chain of command”. In: REIBEL, D. e S. Schane (eds.) (1969). *Modern Studies in English*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N. I., pp.160-186
- **LUCCHESI, D. & LOBO, T. (1996).** “Aspectos da sintaxe do Português Brasileiro”. In: Faria et al.(org) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, 2.º edição, Caminho Colecção Universitária Série Linguística, capítulo 6, pp. 303 – 311
- **MARANTZ, A. (1984).** *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge. Mass: The MIT Press
- **MARTINS, A. M. (1994).** *Clíticos na História do Português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa
- **MATOS, G. (1991).** “Coordenação, sujeito nulo e co-referência”. In: BRITO, Ana Maria (org.) (1991). *Encontro de homenagem a Óscar Lopes*. Maia, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 101 – 121
- **MATOS, G. (2003).** «Tipologia e distribuição das expressões nominais». In: M. H. MATEUS et al (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho (Colecção Universitária, Série Linguística), 7.ª edição, capítulo 20, pp. 827-846
- **MEYER-LÜBKE, W. (1987).** Zur Stellung der tonlosen Objektspronomina. *Zeitschrift für romanische Philologie* 21. pp:313-334
- **NEVIS, J. W. & A. ZWICKY (1995).** “What is a clitic?”In: *Clitics – a comprehensive bibliography 1982-1991 – Benjamins 1994*
Disponível na web em:

<http://www.stanford.edu/~zwicky/what-is-a-clitic.pdf>

(último acesso em 25.09.10)

- **PEREIRA, A. L. D. (2006).** *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Tese de Doutorado
Disponível na web em:
<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLL0354.pdf>
(último acesso: 25.09.10)
- **PESETSKY, D. (1995).** *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, MA: MIT
- **OTERO, C. P. (1999).** “Pronombres reflexivos y recíprocos”. In: Bosque, Ignacio / Demonte, Violeta (eds.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Real Academia Española / Espasa Calpe. 1999, vol. 1, § 23.3.2.3]
- **REINHART, T. (1976).** *The syntactic domain of anaphora*. Dissertação de Ph. D., MIT, Cambridge, Mass.
- _____ (2000). “The Theta System: Syntactic realization of verbal concepts” - OTS working papers in linguistics (00,01/TL), February 2000. (To appear (extended) in the LI Monograph Series, MIT Press).
Disponível na web em:
http://www.let.uu.nl/~tanya.reinhart/personal/Papers/pdf/Lexic_00.pdf
(último acesso em: 25.09.10).
- **SILVA, M. C. F. & C. MIOTO (2001).** “Sobre a seleção de auxiliares e a distribuição do pronome NE em Italiano”. In: *Fragmentos*, número 21, p. 077/094 Florianópolis/ jul - dez/ 2001
- **SPORTICHE, D. (1988).** A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure, *Linguistic Inquiry*, 19(3): 425-449

- **VILELA, M. (1992).** *Gramática de Valências – Teoria e Aplicação*. Coimbra, Livraria Almedina
- **WACKERNAGEL, J. (1892).** Über ein Gesetz der indogermanischen Wortsellung. *Indogermanische Forschungen* 1. pp. 333-436
- **ZWICKY, A. (1977).** “On clitics”. Bloomington: Indiana University, *Linguistics Club*
Disponível na web em:
http://www.stanford.edu/~zwicky/on_clitics.pdf
(último acesso em 25.09.10)